

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR -
CAMPUS DE APUCARANA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE
LETRAS PORTUGUÊS**



**Apucarana
2021**

SALETE MACHADO SIRINO
Reitora

EDMAR BONFIM DE OLIVEIRA
Vice-reitor

MARLETE DOS ANJOS SILVA SCHAFFRATH
Pró-reitora de Ensino e Graduação

DANIEL FERNANDO MATHEUS GOMES
Diretor do *Campus*

LEONARDO FÁVERO SARTORI
Vice-diretor do *Campus*

JOSÉ RICARDO DOS SANTOS
Diretor Pró-tempore do Centro Ciências Humanas e Educação

NELUANA LEUZ DE OLIVEIRA FERRAGINI
Coordenadora do curso Letras Português



SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1.1	TURNOS DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
1.2	DIMENSÃO HISTÓRICA	5
1.2.1	Dimensão Histórica da Unespar	5
1.2.2	Histórico do Curso de Letras Português, <i>Campus</i> de Apucarana.....	6
1.2.3	Programa de Reestruturação de Curso: Articulação entre os Cursos de Letras da UNESPAR.....	7
2	LEGISLAÇÃO	8
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	9
3.1	JUSTIFICATIVA	9
3.2	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS.....	10
3.2.1	Sociedade, Educação e Universidade	10
3.2.2	Concepção de Linguagem	13
3.2.3	Concepção de Literatura.....	15
3.2.4	Concepção de Ensino de Língua	18
3.3	OBJETIVOS.....	19
3.3.1	Objetivo Geral do Curso.....	19
3.3.1	Objetivos Específicos	20
4	METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	20
4.1	INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	21
4.2	DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	24
5	DIMENSÃO AVALIATIVA	28
5.1	AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	28
5.1.1	Avaliações do Corpo Discente	29
5.1.2	Avaliações do Corpo Docente	29
5.1.3	Avaliações Externas	30
6	PERFIL DO PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL	30
6.1	PERFIL DO INGRESSANTE.....	30

6.2	PERFIL DO EGRESSO.....	31
7	ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO.....	32
8	DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS.....	34
9	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES... 37	
10	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	39
10.1	DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	65
10.2	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES.....	75
10.3	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	76
10.4	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AAC	77
10.5	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	77
10.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	79
11	CORPO DOCENTE.....	79
10.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	83
12	INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL	84
	REFERÊNCIAS	86
	ANEXOS	82
	ANEXO A: Regulamento de Estágio	91
	ANEXO B: Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.....	100
	ANEXO C: Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares	106
	ANEXO D: Regulamento de Ações Curriculares de Extensão e Cultura	112

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Licenciatura em Letras Português	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2013	
CAMPUS	Apucarana	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e Educação	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 3960 h/a	Em horas/relógio: 3300 h
HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.1 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 40 Número de vagas:

1.2 DIMENSÃO HISTÓRICA

1.2.1 Dimensão histórica da UNESPAR

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar – é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Está vinculada à SETI – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior – onde tem assegurado orçamento próprio.

A Unespar constitui-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, abrangendo os seguintes *campi*: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranaíba, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à Unespar, por força do Decreto Estadual 9.538, de 05 de Dezembro de 2013.

A Unespar satisfaz referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior e tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional.

1.2.2 Histórico do curso de Letras Português, *campus* de Apucarana

Os cursos de Letras da Unespar, *campus* de Apucarana, são os mais novos na história desta universidade. Criados a partir de uma reorientação de vagas dos cursos de bacharelado, as licenciaturas apresentam-se como diferencial desta instituição para fazer o enfrentamento aos grandes desafios que se nos apresentam na contemporaneidade.

Os principais documentos nos quais nos baseamos para a fundamentação teórico-metodológica de nosso curso foram a nova LDB, bem como a Proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras (objeto do Parecer CNE/CES nº. 492/2001, aprovada em 03/04/2001)

O curso de Letras Português do *Campus* de Apucarana foi implantado em 2013 e seu Projeto Político Pedagógico foi construído com o intuito de promover a formação pedagógica, em nível de ensino superior, uma vez que a comunidade local era atendida apenas por uma fundação municipal¹ no que diz respeito à formação de professores para a Educação básica.

A primeira turma formada pelo curso de Letras Português foi no ano de 2016. Desde então, anualmente o curso tem lançado ao mercado profissionais habilitados ao exercício da licenciatura em língua portuguesa e áreas afins. Periodicamente, o curso oferece eventos de natureza pedagógica e científica, de caráter interno e extensional, como o *Seminário de Pesquisa em Letras*, o *Colóquio de Estudos Afro-brasileiros e Africanos*, a *Jornada de*

¹ Esta instituição (FACED) não está mais em funcionamento.

Estágio Supervisionado o Congresso de Licenciaturas, o Sarau Cultural e a Semana de Integração Acadêmica. Além de outras atividades esporádicas.

1.2.3 Programa de Reestruturação de Curso: Articulação entre os Cursos de Letras da UNESPAR

Iniciado em agosto de 2015, o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/Unespar), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da Unespar.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GT) constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Letras, houve representantes de cinco *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. A primeira reunião ocorreu em Campo Mourão, em setembro de 2015, e, desde então, ficou explícito que os cursos, apesar de apresentarem muitas diferenças, partilhavam de muitas dificuldades. Assim, tendo como foco o enfrentamento das dificuldades comuns, em sua segunda reunião, os membros do GT deliberaram sobre quais as concepções fundantes dos cursos, ficando acordado que os textos em que as referidas concepções estariam explicitadas seriam produzidos por todos, de modo colaborativo, a fim de proporcionar uma real aproximação conceitual e uma identidade aos cursos de Letras da Unespar.

Organizadas pela PROGRAD/Unespar, mais duas outras reuniões foram realizadas, oportunidades em que os membros do GT aprovaram os textos coletivos e as discussões sobre objetivos dos Cursos, perfis do ingressante e do egresso, bem como as matrizes curriculares foram realizadas. Como forma de conclusão dos trabalhos, em abril de 2018, foi realizado o I Fórum dos Cursos de Letras da Unespar, encontro em que os membros do GT de Apucarana, Campo Mourão e Paranaguá, em dois dias de trabalho intenso, finalizaram suas propostas para serem apresentadas às instâncias superiores da universidade. Como conclusão dos trabalhos, para além da tarefa objetiva de reestruturação dos PPC, o GT de Letras indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos de articulação entre os cursos, sugerindo a

manutenção anual do Fórum dos Cursos de Letras da Unespar como espaço privilegiado de debates e discussões sobre a formação de professores de línguas no estado do Paraná.

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE);
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE);
 - ✓ Decreto de Autorização Nº 5121/2012
 - ✓ Parecer CES/CEE nº16/2012
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE);
 - ✓ Parecer CEE/CES nº 04/17
- ✓ BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins).
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 28/01, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 9/01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 27/01, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/01, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
 - ✓ Parecer CNE/CP nº 109/02, que esclarece a aplicação da Resolução de carga horária para os cursos de Formação de Professores;
 - ✓ Resolução CNE/CP nº 2/02, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior;

- ✓ Resolução CNE/CP nº 1/02, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- ✓ Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- ✓ Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.
- ✓ Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- ✓ Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 002/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA

Com base nas pesquisas e experiências acumuladas pelo corpo docente nos primeiros anos de funcionamento do curso, apurou-se que várias ementas abordavam, em alguns momentos, os mesmos conteúdos ou ainda prescindiam de conhecimentos prévios necessários que não eram estudados em tempo hábil. Além disso, percebeu-se que alguns conteúdos poderiam ser desenvolvidos com maior profundidade se fossem remanejados para disciplinas similares ou de complementação. Assim, houve um movimento de tentar reorganizar essas

questões, mas, como o curso ainda não havia sido reconhecido, não foi possível alterar as ementas ou fazer qualquer outra modificação.

Outro motivo que nos impulsiona a esta reestruturação é o fato de que a distribuição atual dos componentes curriculares na matriz do curso fomenta o estudo estanque da teoria e da prática na formação didático-pedagógica, em que o contato dos acadêmicos com a realidade escolar ocorre somente nos dois últimos anos, promovendo, assim, a conservação da dicotomia “teoria x prática”. A partir dessa reflexão, verificamos a necessidade de antecipar a experiência dos estágios, a fim de que os professores em formação possam estabelecer uma relação mais próxima com a instituição escolar – tanto sobre seu funcionamento, de modo mais amplo, como também sobre a sala de aula – e construam uma formação mais sólida e crítica, tal como requer um curso de Licenciatura.

Dessa forma, o Programa de Reestruturação de Cursos de Graduação da Unespar atende a essa expectativa, juntamente com a preocupação em proceder às modificações necessárias, conforme determina a Resolução nº 02/2015. Entende-se que a necessidade de alteração do Projeto Pedagógico de um curso não é um fato corriqueiro e aligeirado, mas é fundamental que toda mudança seja feita levando-se em conta os aspectos contextuais, que atendam às necessidades regionais, mas que também atendam aos padrões de qualidade necessários para o funcionamento do Curso e para a formação dos acadêmicos.

Por essa razão, considerando as possibilidades de diálogo com outros *campi* e respeitando as características da nossa região, verificamos que as atividades de reestruturação de cursos permitem discutir as carências já levantadas, ao mesmo tempo em que proporcionam a oportunidade de amadurecimento de outras frentes de mudanças, altamente relevantes na efetivação de um curso de licenciatura de qualidade.

3.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

3.2.1 Sociedade, educação e universidade

A sociedade é constituída e constituidora do ser humano e, como ele, desenvolve-se e torna-se cada vez mais complexa em sua totalidade no decorrer do processo histórico da evolução do homem cujo intercâmbio entre ele mesmo e a natureza, a linguagem, o pensamento e a sociabilidade como complexos universais asseguraram a reprodução da vida humana e seu desenvolvimento nos diversos modos de produção até seu estágio atual, o

capitalismo. Nele, as relações sociais partem de valores de troca, preterindo a integridade do ser social ao seu estado mais fragmentado, como uma mercadoria, em uma luta constante que é inerente a uma sociedade de classes. Por consequência,

[...] o gênero humano tem se tornado cada vez mais livre e universal, mas essa liberdade e universalidade não se têm verificado na vida da grande maioria dos homens singulares. Quer dizer, hoje já existem objetivações genéricas (objetivações do gênero humano) que resolveriam grandes problemas da humanidade, mas a estrutura da sociedade em que vivemos não permite que a grande maioria dos indivíduos tenha acesso a elas. Nesse sentido, esses indivíduos estão alienados frente a esses produtos da atividade humana (OLIVEIRA, 2001, p. 5).

Assim, ao passo em que há um grande desenvolvimento da humanidade, ocorre, em contrapartida, uma fragmentação do ser singular, ou seja, uma alienação ou inacessibilidade aos bens produzidos pelo próprio sujeito.

Para que a exploração do homem pelo homem deixe de existir, Marx (1873/1968/1982/2011) enuncia a necessidade do surgimento de um novo homem (VIGOTSKI, 1934/2009). Um homem livre, não alienado, conhecedor da realidade, e, portanto, capaz de protagonizar o aparecimento de uma nova sociedade. Para isso, são primordiais condições materiais, resultados “de um longo e penoso processo de desenvolvimento” (MARX, 1873/1968/1982/2011), fruto do desenvolvimento histórico do homem e, portanto, da sociedade.

A educação como parte constituinte dessa sociedade tem como um de seus princípios básicos a formação integral do ser humano. Nesse sentido, é de extrema relevância a concepção de Vigotski (1934/2009) e Saviani (2003) de educação como “produção do saber”, atribuindo à escola a transmissão dos conhecimentos sócio historicamente elaborados pela humanidade. O último autor define a produção do saber como o conjunto da produção humana que inclui ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Com efeito, “[...]o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p.13). Para que isso ocorra, o professor torna-se protagonista no ato de ensinar conhecimentos científicos, culminando no eventual desenvolvimento integral do estudante.

Para Saviani (2003), o conhecimento científico, a partir de uma perspectiva materialista- histórico dialética, é fundamental para evitar a diluição dos valores morais e a efemeridade das informações e conhecimentos, consumidos e descartados com extrema rapidez no contexto em que a pós-modernidade se torna cada vez mais evidente em todas as instâncias da sociedade. Convergentes com essa posição, Mézaros (2009) e Duarte (2000) afirmam que essa diluição é um dos exemplos que resultam no que eles denominam de crise estrutural da sociedade capitalista que, em sua essência, opõe-se ao desenvolvimento integral do ser humano, acentuando o processo de alienação.

Frente a essa constatação, a universidade deveria ser regida pelo princípio da universalidade do conhecimento e sua sistematização (CHAUÍ, 2003), ancorada na concepção de uma universidade pública, gratuita, laica e autônoma que desenvolva, em suas práticas, não apenas os aspectos cognitivos, mas também os éticos, expressivos e afetivos. Essa universidade, no seu humanismo, tem como objetivo principal a exploração de todas as dimensões (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002) do desenvolvimento humano, buscando formar educadores que deem conta dessa totalidade.

Nessa acepção, Martins (2008) corrobora a necessidade de a universidade exercer sua função social como uma instituição social (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002; CHAUÍ, 2002; DIAS SOBRINHO, 2005; entre outros) em que se torna um “espaço institucional histórico de formação humana, reflexão crítica, produção e socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e dignidade humana” (MINGUILI, CHAVES e FORESTI, 2008, p. 43) em oposição a uma ideia de universidade como organização social, na qual ocorre uma fragmentação das atividades e o abandono da pesquisa. Nesse caso, a política neoliberal estabelece metas ligadas a ideias de sucesso e eficácia em relação a determinados objetivos propostos, não cabendo à universidade questionar a sua existência e/ou a sua função no interior da luta de classes.

Por outro lado, como instituição social, que é o papel que lhe deve ser imputado, busca-se a universalidade (CHAUÍ, 2003). Para a autora (2003, p.6), isso significa que “[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesmo como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares”.

Nessa perspectiva, entendemos que a Universidade, a partir de sua natureza pública e laica, conquistando sua legitimidade enquanto uma instância de autonomia do saber científico

em relação à Igreja e ao Estado, precisa assumir a práxis (MARX, 2002; MARTINS, 2008) de resistência contra os discursos e práticas que buscam abreviar ou reduzir sua função na formação dos indivíduos. Seu desafio é o de resgatar e de ressignificar o papel de instância crítica da sociedade e de si mesma, como constituidora dessa história que, em um projeto coletivo, crítica para ofertar mais para quem mais precisa, ou seja, os trabalhadores. O sentido que se busca, pois, é do humanismo que corrobora com a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento sustentável enquanto base para a dignidade das cidades, dos campos, do homem e do planeta. “Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 173), assumindo seu compromisso ético-político com a busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social.

Importante ressaltar que as concepções acima explicitadas estão em consonância com os pressupostos fundadores da Unespar, uma vez que, em seu PPI (Projeto Político Institucional), podemos ler:

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar tem por objetivos institucionais produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, a produção do conhecimento, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática (PPI, 2012, p.12).

A Unespar, dessa maneira, assume seu papel de *instituição social* (em detrimento a uma concepção tecnicista e superficial) a partir de dois grandes compromissos. O primeiro compromisso está relacionado ao *princípio de qualidade* pautado na produção e na difusão de conhecimentos (científicos, tecnológicos e artístico-culturais). O segundo compromisso está centrado em uma política de *responsabilidade social*, cujos valores de liberdade, ética, identidade, responsabilidade, pluralidade, cidadania norteiam o planejamento de ações com “vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura.” (PPI, 2012, p.13).

3.2.2 Concepção de linguagem

A concepção de linguagem que subsidia este PPC está vinculada ao processo de interação humana, que se constitui nas e pelas práticas sociais. Assim, a realidade fundamental da linguagem constitui-se pelo seu caráter dialógico, que está presente em toda forma discursiva produzida, pois a presença do outro e dos contextos histórico-ideológicos são determinantes de qualquer prática linguística. A linguagem é, assim, concebida como um trabalho social, histórico e cultural amplo dos sujeitos diante de outros sujeitos, o que remete a sua historicidade, que se concretiza pragmaticamente a partir das interações específicas no interior de determinadas formações sociais, enquanto acontecimentos interlocutivos singulares, constituindo-se como forma de interação humana e como centro das relações sociais, conforme pontua Geraldi (1991).

Nessa perspectiva, o diálogo realiza-se na linguagem em ações sócio-historicamente situadas, que se concretizam a partir das condições de produção que circundam o ato de dizer e que são negociadas por meio de mecanismos linguístico-discursivos. Compreende-se, assim, que a linguagem não é neutra, visto materializar ideologias e relações de poder. Nesse sentido, acredita-se que as práticas discursivas são elaboradas nas e pelas relações sociais e, em uma via dupla, as práticas sociais assinalam a emergência de práticas discursivas específicas. Desse modo, todo discurso é dialogicamente uma resposta a outros enunciados que o precederam e aos que virão.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 131-132).

A linguagem, sob o prisma da interação, solicita uma mudança na perspectiva do ensino de língua, visto que a eleição exclusiva de aspectos formais baseados em regras e prescrições por si só não são suficientes para ampliar o horizonte discursivo do aprendiz. Documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados nos anos finais do século XX, e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2008), orientam que o ensino de língua portuguesa assuma os enunciados concretos como objeto de ensino, afinal “não podemos estudar as formas gramaticais sem constantemente considerarmos sua elucidação estilística. Quando a gramática é isolada dos aspectos semânticos e estilísticos do

discurso, torna-se uma escolástica” , segundo Bakhtin (2004[1994], p. 12, apud PEREIRA, 2016)².

3.2.3 Concepção de literatura

Toda produção discursiva é direcionada ao outro. Ao mesmo tempo, é, ainda, motivada pelo externo e social. Nesse elo discursivo ininterrupto, a literatura é um importante instrumento que permite ao homem ampliar os caminhos que o levam ao conhecimento do seu universo, uma vez que as manifestações literárias, em seus vários gêneros, funcionam como um organismo vivo da linguagem, propiciando, paralelamente ao domínio da língua, o aprimoramento de uma personalidade consciente de si e do mundo de forma dinâmica e renovadora, consoante à perspectiva de linguagem assumida.

Ao compreendermos a linguagem como interação e ao assumirmos uma visão literária em que, concomitantemente a linguagem está impregnada de relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos, a noção de homem sustentada é a de sujeito de sua própria ação, no interior de uma sociedade que o constitui e que é constituída ela mesma pelos sujeitos e pelas instituições democráticas.

O conceito de “literatura” apresenta um desenvolvimento histórico-semântico que indica sua condição dialética, mormente considerada em duas definições interpenetrantes: a interna, centrada na configuração poética do texto e a externa, de natureza social. Discutem-se, de um lado, diacronicamente, e sobre enfoques teóricos, críticos e metodológicos de diferentes orientações, o texto literário e suas especificidades, considerado em sua autorreferencialidade e conotação, através do princípio da literariedade; a relação do texto literário com outras noções como a intencionalidade e a hermenêutica do texto, a língua, o estilo e a função poética da linguagem; a mimese literária e a verossimilhança, o problema dos gêneros literários; a tradição literária, a historiografia e a formação do cânone; os procedimentos intertextuais, a leitura e seus princípios recepcionais e a construção de sentidos polissêmicos, além da questão do valor e da autoria.

De outro lado, a dimensão social e histórica da literatura insere estas e outras noções que gravitam em torno de um conceito formal de literatura, à multivalência do sistema “autor-público-leitor”, às complexas estruturas históricas, às relações de poder e às múltiplas

² Trecho traduzido por Pereira (2016).

condições ideológicas e discursivas que se capilarizam no campo literário, pondo em relevo o contexto de formulação e disseminação teórica sobre o literário, de forma revisionista. Atenta a demandas contemporâneas, esta perspectiva crítica problematiza as relações entre literatura e direitos humanos, o literário e sua função humanizadora e pedagógica, a recepção de textos literários e a sociologia da leitura, levando em conta determinantes sócio-históricos que incidem sobre a emergência de revisão do cânone literário, a fim de contemplar o debate público sobre a representação literária de autoria de minorias étnicas e sexuais e de outros temas de natureza social, inclusiva, e, portanto, multicultural. O aporte das discussões acerca do fenômeno literário na contemporaneidade conduz a investigação e a difusão da literatura, orientando-se por aproximações cada vez mais rentáveis entre os estudos literários e outros campos epistemológicos, reconhecendo, no limite, a experiência com a literatura, a produção de sentido e efeito estético, suas ressonâncias na construção de sujeitos históricos e na emancipação de consciências, como uma construção ininterrupta, dialógica, subjetiva e social. Tendo como pressuposto que há uma intrínseca relação entre literatura e sociedade, uma vez segundo o crítico literário Antonio Candido (2000), a literatura é um produto social que exprime as condições do contexto histórico do qual se originou, em seu ensino no curso superior é fundamental observar os aspectos que a ligam “à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação” (CANDIDO, 2000, p. 21). Ainda segundo Candido (1989), a literatura é uma manifestação universal, “cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112). A partir dessa visão de que a literatura é um bem essencial, seu ensino deve ser voltado, conforme apontado antes, à intrínseca relação entre a sua forma estética e a dimensão social e ideológica, uma vez que, como aponta o crítico, “a organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro a se organizar; em segundo a organizar o mundo” (CANDIDO, 1989, p. 114). Isso aponta, com efeito, para o traço essencial da literatura, na concepção de Candido, que é a humanização, ou seja, aqueles traços essenciais ao homem que enriquecem nossa percepção e nossa visão de mundo. Dessa forma, a humanização propiciada pela literatura, ao contrário da visão maniqueísta de bem e mal, certo ou errado, aponta para traços essenciais da psique humana, ao agir no seu consciente e também no inconsciente. Em suma, compreende-se por humanização

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa

disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós, a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1989, p. 117).

Esse processo de “humanização”, enfatizado por Antonio Candido, encontra ressonância significativa em outro teórico da literatura, ao mencionar o interesse que deveria ter o texto literário em sua significação final, a análise das obras literárias em sua dimensão humana, restringindo-se o método ao sentido projetado pelo próprio texto. Assim diz Todorov (2009):

A análise das obras feita na escola não deveria mais ter por objetivo ilustrar os conceitos recém-introduzidos por este ou aquele lingüista, este ou aquele teórico da literatura, quando, então, os textos são apresentados como uma aplicação da língua e do discurso; sua tarefa deveria ser a de nos fazer ter acesso ao sentido dessas obras – pois postulamos que esse sentido, por sua vez, nos conduz a um conhecimento do humano, o qual importa a todos (TODOROV, 2009, p. 89).

Vale ressaltar ainda que a literatura, além de propiciar o conhecimento por meio da organização das emoções, também remete aos conhecimentos intencionais que são injetados pelo autor para serem assimilados pelos receptores, ou seja, os leitores. Trata-se das ideologias, das crenças que permeiam a obra literária e manifestam-se, portanto, por meio da literatura. Portanto, a construção de uma sociedade justa pressupõe a garantia de que seus cidadãos tenham acesso à arte e à literatura, em todas as suas modalidades, pois a fruição destas são um bem e um direito inalienável.

Assim sendo, o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas do Curso de Letras com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade, contemplando tanto a tradição clássica quanto às manifestações contemporâneas, como a literatura das minorias, aqui entendidas como a presença viva da literatura em sua dimensão histórica e social, representadas na produção de autoria feminina, na manifestação artística dos homossexuais, na criação da arte negra brasileira, sem esquecer a presença incontestável das literaturas africanas em língua portuguesa, consubstanciando não só o preceito legal de sua oferta nos cursos de Licenciatura, sobretudo pela relação histórica em

que se encontram Brasil e África.

3.2.4 Concepção de ensino de língua

Por muitas décadas, o ensino de língua portuguesa e estrangeira esteve pautado pela premissa de que ensinar língua era ensinar *sobre* a língua. Nessa perspectiva, o ensino de regras, sistemas, metalinguagem, aspectos formais de escrita e leitura e o mito de unicidade da língua, que desconsiderava o que era autorizado pela gramática tradicional e valorizava a dicotomia certo/errado, orientou as ações do professor de línguas por séculos, em contraposição ao que nos elucidava Guimarães (2005), de que o processo de identificação social dos sujeitos e de seus grupos orienta a constituição das línguas. Por muito tempo, o método tradicional do ensino de gramática norteou – e, infelizmente, muitas vezes, ainda norteia – o ensino da língua materna em nosso país. Do mesmo modo, presenciou-se a oscilação entre esse método tradicional e o ensino tecnicista de língua em ambos os casos desprovidos dos contextos e implicações sociais da língua.

O curso de Letras Português na Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Apucarana, objetiva a formação de professores de língua portuguesa e respectivas literaturas com os conhecimentos que possibilitem a formação de profissionais aptos a lidar com os fenômenos linguísticos inerentes ao contexto escolar, em uma perspectiva que contemple, concomitantemente, a relação intrínseca entre linguagem, contexto histórico-cultural e as práticas sociais. Diferentemente do ensino de línguas acima exposto, a nossa perspectiva é a de que ensinar língua não é ensinar regras gramaticais, mas ensinar a compreender a linguagem, nas suas mais diversas manifestações orais e escritas.

Faz-se também necessário considerar as transformações que as tecnologias trouxeram para o ensino uma vez que os contextos sociais e escolares encontram-se permeados de estímulos, instrumentos e suportes das mais diversas naturezas. Assim, a linguagem, antes vista nos meios escolares como majoritariamente verbal, compõe-se na contemporaneidade de imagens estáticas e em movimento, de sons, músicas e gestos. O escopo é amplo e a construção de significados somente se faz possível por meio da leitura de mundo, permeada por significados pragmáticos, contextuais, simbólicos, entre tantos outros. As informações e os conhecimentos são produzidos e disponibilizados pelos mais diversos meios, que vão além das

páginas dos livros didáticos e se multiplicam em sites de buscas da rede mundial de computadores, canais de distribuição de vídeos, de conteúdos e de formação de opiniões, podcasts, rádios, emissoras de televisão, aplicativos de celulares, recursos midiáticos diversos e pelos que ainda estão por vir.

As tecnologias da informação e comunicação ampliam-se cada vez mais e, conforme afirma Duboc (2015, p. 666-667),

De uma sociedade tipográfica, cujos processos de significação pautavam-se prioritariamente no uso da linguagem verbal reproduzida em mídias impressas, passamos a uma sociedade pós-tipográfica cuja produção de sentido passa a fundamentar-se em usos complexos e variados de modos semióticos nunca antes vislumbrados, processo este que complexifica a própria ideia de linguagem e de texto na contemporaneidade.

É nesse contexto pós-tipográfico que se situam os alunos da educação básica e, por conseguinte, estarão atuando os alunos egressos do curso de Letras. É preciso portanto, formar professores que estejam preparados para lidar com essa multiplicidade de recursos, informações e sentidos.

Desse modo, a concepção de ensino de língua portuguesa deste documento fundamenta-se no entendimento de que muito mais do que ensinar sobre sistemas linguísticos, o professor precisa compreendê-la em suas riquezas e enquanto fenômeno e manifestação sociocultural para que, motivado por essa compreensão, saiba lidar adequadamente com as realidades linguísticas que acontecem dentro e fora do contexto escolar.

3.3 OBJETIVOS

3.3.1 Objetivo geral do curso

Formar professores e pesquisadores na área de língua portuguesa e respectivas literaturas, capazes de refletir sobre suas próprias práticas, a fim de que busquem melhorias no processo de ensino e de aprendizagem e na interação com seus alunos por meio da pesquisa e da extensão.

3.3.2 Objetivos específicos

- Garantir um sólido embasamento teórico das diferentes abordagens que fundamentam as investigações de língua e de linguagem;
- Propiciar a reflexão constante do movimento dinâmico existente entre linguagem e práticas históricas e sociais;
- Proporcionar uma postura reflexiva em relação ao ensino e à aprendizagem da língua portuguesa, apontando problemas, sugestões, propostas metodológicas;
- Formar profissionais conscientes das necessidades e das possibilidades de intervenção pedagógica;
- Oferecer caminhos para que o aluno possa utilizar, com domínio, os recursos da língua culta e de dominar a gramática, bem como refletir acerca de suas diferentes concepções;
- Facultar ao aluno a percepção da evolução da língua portuguesa, para que este consiga analisá-la, descrevê-la e explicá-la, diacrônica e sincronicamente;
- Incitar no aluno a percepção do fato literário como objeto de linguagem;
- Proporcionar a leitura de um repertório vasto de literaturas ampliando o horizonte de leituras do aluno para que este esteja apto a identificar relações intertextuais com obras de literatura universal;
- Proporcionar a reflexão sobre as condições de enunciação do texto literário diante das diferentes tramas discursivas da cultura contemporânea;
- Contextualizar o ensino de língua e literaturas no quadro político, social e escolar brasileiro;
- Delinear um conjunto de conhecimentos e atitudes possíveis e desejáveis a um professor da Área de Letras;
- Comparar reflexiva e criticamente diversificadas teorias e métodos de ensino e de aprendizagem;
- Proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de reflexões que levam à formação de uma consciência crítica e comprometida com a construção da cidadania.

4. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

4.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto como requisito indispensável às universidades pela Constituição Federal de 1988, em seu Art.207.

Alicerçando-se em Pinto (1986), na tentativa de contribuir para desconstruir a imagem de que a universidade privilegiaria “como saber o conhecimento gerado por seus cientistas” e, em contrapartida, ignoraria “não apenas o conhecimento popular como também a realidade em que está inserida”, Magalhães (2007, p. 169) afirma que

[...] grupos ligados às lutas populares influenciaram na inclusão, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que passa a ser um requisito identitário essencial às instituições que querem se firmar como universidade.

A compreensão do princípio da indissociabilidade deve se dar pelas vias paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, não se restringindo ao aspecto conceitual ou legislativo. Tal fato relaciona-se à função e à razão de ser das universidades que se vinculam historicamente às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

Cabe destacar que a LDB 9394/96, em seu Capítulo IV, que trata da Educação Superior, omitiu o princípio da indissociabilidade, deixando que leis complementares tratassem da questão. Todavia, como destaca Martins (2008, p. 73), “as universidades continuam imbuídas dessas funções”.

Nesse sentido, a Universidade Estadual do Paraná – Unespar destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na *promoção* do conhecimento, mas também na sua *produção*, com o fim de promover a cidadania e o desenvolvimento humano. No Plano de Desenvolvimento Institucional da Unespar (PDI), podemos ler que:

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e

sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional (PDI, 2011, p.31).

Como se vê, o modelo de universidade defendido em nosso PDI é o que propõe que o processo educativo ocorrido no ensino superior não seja apenas para a formação de um profissional voltado ao mercado de trabalho, mas para a formação de um indivíduo gestado e aparelhado intelectual, cultural e socialmente, de modo que consiga promover o desenvolvimento humano em sua plenitude. Esta afirmação coaduna-se com o proposto por Martins (2008), quando o autor ressalta que a função básica do processo educativo é a humanização plena. Compreendemos, pois, que essa humanização plena pode vir a ocorrer quando desenvolvemos nossas atividades institucionais tendo presente a indissociabilidade entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo pelos documentos oficiais da Unespar, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) afirma que o “ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade” (PPI, 2012, p. 20). Dessa forma, a articulação entre pesquisa e ensino só tem sentido quando estiver também articulada com a extensão.

Considerando-se que a pesquisa é o processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica, que visa à busca de respostas a questões específicas, esse processo deve também orientar-se em uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter por característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção (PPI, 2012, p. 22).

O compromisso ético está também presente nas atividades da extensão que, por sua vez, ao articular diferentes atores sociais, busca a difusão e a disseminação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa a fim de que estes se tornem acessíveis à sociedade, possibilitando uma transformação social. Partindo de uma concepção crítica e emancipatória, o PPI da Unespar salienta que

[...] a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social (PPI, 2012, p.25).

Verifica-se, portanto, que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto nos documentos oficiais da Unespar como fundamento metodológico, aproximando universidade e sociedade “como condição para uma formação teórico-crítica indispensável ao sujeito prático” (MARTINS, 2008, p. 83).

Por essa razão, o tripé proposto fomenta um modelo de produção, reflexão e interação do saber científico, procurando um distanciamento cada vez maior do tradicionalmente consagrado modelo de pura transmissão do conhecimento. Nessa direção, o curso de Letras visa ao diálogo interdisciplinar como meio para relacionar as práticas universitárias. A articulação dos saberes permite que um mesmo objeto possa ser analisado/observado sobre a prática do estudo e do ensino, vinculados às práticas sociais.

A tridimensionalidade do fazer universitário transcende a pura transmissão do conhecimento, o ensino abstrato e desconexo das realidades sociais. Ao promover a articulação do ensino e pesquisa, da pesquisa e extensão, e da extensão e ensino, contribui para uma formação acadêmica em que se abre espaço para:

- a) produção do conhecimento científico a partir das demandas sociais;
- b) interação sociedade e universidade;
- c) articulação, reflexão e (re)construção de saberes;
- d) práxis³ pedagógica;
- e) aprendizagem e ressignificação de técnicas pedagógicas;
- f) formação e reflexão profissional.

Desse modo, a formação do profissional de Letras pode conduzir ao conhecimento da realidade social e a determinação finalidades para sua transformação, dialogicamente mediados pelo processo de teorização. Afinal, parafraseando Marx, conhecer e interpretar a realidade não bastam, é preciso transformá-la.

Para tanto, segundo Magalhães (2004), “[...] temos a considerar o fato de que a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento”.

³ Compreendida não simplesmente como uma prática de inobserância teórica, mas assumida como uma atividade teórica, “material, transformadora e ajustada a objetivos”, conforme pontua Vásquez.

Enfim, nossa proposta é de que se adotem metodologias que concebam a Pesquisa e a Extensão como estratégias de ensino, pois “ao realizar suas pesquisas, o pesquisador, quando entra em sala de aula, tem um nível de informações mais profundo e atualizado, do mesmo modo que também suas reflexões são mais aprofundadas e contextualizadas” (MAGALHÃES, 2004).

Sob o ponto de vista da formação discente visando a sua cidadania, o Ensino deve estar voltado para o desenvolvimento da capacidade de criticar, de formar grupos e parcerias, de planejar, de propor e realizar ações em conjunto. Tais competências, específicas da formação para cidadania, podem ser propiciadas por meio da Pesquisa e, sobretudo, da Extensão (MAGALHÃES, 2004).

Os cursos de Letras da Unespar visam, portanto, a democratizar as atividades de Pesquisa e Extensão [...] de modo a “torná-las presentes no cotidiano da formação do futuro profissional” ao almejar a realização de “um ensino a partir da imersão do aluno na vida; da Universidade na Comunidade” (MAGALHÃES, 2004). Afinal, conforme pontuam Queiroz, Glória e Santiago (2005, p. 6),

[...] as reflexões com os alunos sobre as vivências e novas descobertas levam à constatação de que a partir do momento em que eles percebem a contextualização do conteúdo ensinado na sua prática profissional futura se tornam mais motivados no aprofundamento dos conteúdos curriculares.

Paralelamente, os autores concluem que “Professores-pesquisadores universitários, ao promoverem o trânsito de experiências [...] trilharão caminhos para a indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão na formação de novos profissionais” (QUEIROZ, GLÓRIA e SANTIAGO, 2005, p. 6).

4.2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

A busca pela solução de problemas é a gênese da pesquisa cotidiana. Paulatinamente, ao tornar-se eficaz, abre espaço a um olhar mais científico, introduzindo-se técnicas e métodos para resolução das adversidades observadas, culminando na pesquisa científica, a qual trouxe avanços de conhecimentos a diversificadas áreas da atuação humana.

A prática da pesquisa permite ir além do já sabido, contribuindo para que o ensino não se limite aos conhecimentos já existentes. Descobrir, portanto é ir além. Através da pesquisa torna-se possível corroborar com a formação de um sujeito ativo na busca pelo saber, afinal ensinar é orientar na resolução dos problemas que nos rodeiam.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 29).

No curso de Letras Português, a pesquisa insere-se, em primeiro lugar, nos conteúdos programáticos e atividades propostas em disciplinas específicas do curso que se voltam a esse direcionamento. Estas não se concentram apenas sobre o trabalho teórico relacionado a diversas metodologias de pesquisa, mas também à formação prática do pesquisador, oferecendo subsídios para a produção de trabalhos de cunho científico, contando com acompanhamento por meio de orientações e avaliação continuada.

Concomitante a esses trabalhos desenvolvidos dentro da programação das próprias disciplinas, preza-se pelo incentivo à participação dos discentes em eventos científicos, tanto para que haja disseminação de seus trabalhos de pesquisa quanto para que se habituem ao contexto da pesquisa acadêmica em maior escala, o que proporciona aos estudantes a oportunidade de trocar experiências e saberes com discentes e docentes de outras instituições.

Deve-se destacar, também, a participação regular de nosso curso no PIC – Programa de Iniciação Científica da Unespar. Anualmente, são inscritos e desenvolvidos projetos no programa em questão, nas diversas subáreas em que se desdobram as principais áreas do conhecimento de Letras, prezando pela consonância com os projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos pelos professores orientadores, para que possuam maior sustentação e coerência. Os resultados dessas pesquisas são devidamente disseminados em vários veículos qualificados, além de marcarem presença no EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar.

Os alunos pesquisadores cujos projetos de Iniciação Científica são vinculados aos projetos institucionais de seus respectivos orientadores, também podem ser cadastrados nos Grupos de Pesquisa que são liderados ou de que fazem parte os professores. O

desenvolvimento e manutenção de GPs vinculados a nosso quadro docente, procurando incentivar também a participação de estudantes, é outra das constantes no horizonte de trabalhos

de pesquisa do curso de Letras Português da Unespar/Apucarana.

A concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões no decorrer da história da universidade no Brasil. Passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania” (FORPROEX, 2006, p. 20). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a base da Organização das universidades brasileiras.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Tomando por base este conceito, a Lei Nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE determina em sua Meta 12.7 que as instituições de ensino superior devem: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Considerando o caráter da indissociabilidade, no escopo do presente PPC (conforme detalhado em “Metodologia de Ensino e de Aprendizagem”, no Item 4, deste documento), o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana dá ênfase ao desenvolvimento de atividades que, coadunadas àquelas mais voltadas à prática docente, priorizam a manutenção e realização concreta desse sistema tríplice.

Nesse sentido, há uma proposta de desenvolvimento periódico de eventos científicos, que alinham extensão e pesquisa em um único ato, contando com o incentivo ao envolvimento de nossos alunos tanto no plano de execução, enquanto membros de comissões organizadoras, quanto na participação enquanto pesquisadores, divulgando os resultados de suas pesquisas acadêmicas.

Considerando as atividades extensionistas que já vimos desenvolvendo por meio de projetos, bem como o conceito ampliado de extensão definido pelo Forproex e a determinação da Lei 1.3005/2014, o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana, após reuniões e discussões organizadas pela Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de Extensão e Cultura, organizou a curricularização da extensão da seguinte maneira:

1. Disciplinas que dedicam parte de sua carga horária à iniciação de extensão, atuando na elaboração e no desenvolvimento de projetos;

2. Participação de estudantes em projetos de extensão como Atividade Acadêmica Complementar (AAC);
3. Desenvolvimento de Estágio Curricular Supervisionado dedicados à prática de ensino em projetos de extensão;
4. Disciplina teórica que visa apresentar a Extensão Universitária aos acadêmicos, esclarecendo suas especificidades e possibilitando novos olhares sobre o tema a fim de que possam desenvolver as atividades de extensão como interação entre universidade e comunidade.

Atendendo a esses critérios, a curricularização da extensão no curso de Letras Português da Unespar de Apucarana se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Disciplina “Extensão Universitária”	<i>30 horas de conceitos teóricos introdutórios e outras 30h de elaboração, desenvolvimento e avaliação de projeto de extensão</i>	<i>Mediante aprovação</i>	60
Atividade Acadêmica Complementar (AAC)	<i>Até 90 horas de participação em atividade ou evento de Extensão Universitária</i>	<i>Certificado da atividade ou evento de extensão</i>	Até 90h
Estágio Curricular Supervisionado	<i>Até 80 horas das atividades de Estágio</i>	<i>Recomendação por escrito do Orientador de Estágio, justificando o aproveitamento das horas em Extensão</i>	Até 80h
Como componente das disciplinas obrigatórias	<i>Até 100 horas de atividades em projetos desenvolvidos fora da sala de aula.</i>	<i>Recomendação por escrito do Professor da Disciplina, justificando o aproveitamento das horas em Extensão</i>	Até 100h
TOTAL			330

A integralização das atividades requer que os estudantes e os professores envolvidos elaborem um cronograma que defina como serão distribuídas as atividades no turno das aulas e em outros horários compatíveis com o acesso da comunidade ao projeto, como anfiteatros, salas de aula, laboratórios e espaços públicos do *campus* ou outras áreas de acesso à população como escolas, teatros, praças, entidades de atendimento ao público e locais de eventos.

No intuito de acompanhar, orientar e certificar as atividades de extensão o curso de Letras Português da Unespar de Apucarana inseriu normativas de Extensão nos Regulamentos de AAC e de Estágio, enquanto aguarda ampliação no Regulamento de Extensão da Unespar, no sentido de abarcar normativas acerca da Curricularização da Extensão. Para enfatizar ações nesse sentido, o curso definirá um **Coordenador de Extensão**, que se responsabilizará pelo desenvolvimento do regulamento alinhado aos direcionamentos da universidade, para posterior aprovação em Colegiado.

5. DIMENSÃO AVALIATIVA

5.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação é um procedimento fundamental no processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerados os objetivos previstos e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Pautando-nos na concepção de que a avaliação não pode se reduzir a um mero instrumento quantificável e regulatório, sob a pena de, se assim for, tornar-se apenas um “ajuste de contas” entre professor e aluno, sem contribuir de fato para a formação dos estudantes.

A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retroinformação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica. A proposição de atividades avaliativas deve interagir com os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da

avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disso, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

Sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, a avaliação ocorrerá nas seguintes instâncias:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

5.1.1 Avaliações do Corpo Discente

A avaliação deve percorrer todas as etapas do processo de ensino, não se limitando apenas às avaliações periódicas somativas, tais como provas, trabalhos e seminários, feitas para verificar formalmente a aprendizagem e atribuir notas aos alunos. O projeto de avaliação do professor deve incluir as avaliações formativas e as avaliações somativas. As avaliações formativas têm por objetivo regular a prática do professor, uma vez que permitem que os rumos sejam alterados quando da observância de dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e consequente adaptação do processo didático aos progressos e problemas dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de programas de reforços, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação somativa é feita depois do ensino, com atribuição de notas e visando verificar efetivamente o que foi aprendido durante o processo de ensino. Como se trata de uma avaliação de resultados da aprendizagem, essa avaliação revela-se um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação deve resultar em uma discussão honesta e transparente, entre todos os elementos envolvidos no processo, com um processo constante de discussão dos critérios de avaliação utilizados pelo professor e da devolutiva das avaliações para que o “erro” seja visto como um dado importante na aprendizagem.

As avaliações acontecerão consoante instrumentos e critérios estabelecidos nos planos de ensino das disciplinas.

5.1.2 Avaliações do Corpo Docente

As avaliações do corpo docente são realizadas, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), embora seja desejável que, ao final da disciplina, os alunos avaliem as disciplinas e os professores como modo de orientar e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

5.1.3 Avaliações Externas

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribui para um conhecimento mais objetivo dos resultados dos processos educacionais. Há, portanto, convergência em torno da importância estratégica de se avaliarem com profundidade os níveis de qualidade do curso, contribuindo para o seu desenvolvimento.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL- FORMAÇÃO GERAL

6.1 PERFIL DO INGRESSANTE

De acordo com dados coletados na etapa de diagnóstico dos cursos, a primeira característica a ser ressaltada, que sem dúvida constitui uma identidade diferenciada para a Unespar e que é de suma importância para nossos futuros trabalhos, é a **condição social de nossos estudantes**. A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à

universidade.

A condição econômica, social e cultural de nossos estudantes, portanto, precisa ser levada em conta para não incorreremos no risco de construir uma proposta curricular para um estudante ideal, mas de fato inexistente.

6.2 PERFIL DO EGRESSO

O profissional formado em Letras deve ser capaz de compreender a linguagem e seu uso em diferentes situações do cotidiano humano, histórico e contemporâneo. Dotado de competência linguística e capacitado para atuar nos contextos educacionais, bem como nos contextos da pesquisa, esse profissional deve desenvolver a capacidade de abordar as manifestações linguísticas, consciente de sua inserção na sociedade, visando a intervenção nos ambientes educacionais e nos âmbitos de pesquisa em que atuará, objetivando a formação de pessoas mais críticas, autoras do próprio discurso e conscientes de seu papel profissional e social.

Os egressos licenciados em Letras Português deverão, juntamente com os conhecimentos condizentes com a realidade do trabalho docente, possuir domínio das competências e habilidades próprias da área, estando, assim, capacitados a:

- Posicionar-se autonomamente face às diversas teorias e metodologias dos estudos linguísticos, literários e educacionais;
- Refletir sobre a linguagem como meio de inserção e integração social, compreendendo a sua atuação docente como parte da construção da cidadania;
- Analisar e criticar textos literários e/ou artísticos associados à literatura, ampliando o seu repertório cultural;
- Produzir textos nas modalidades escrita e oral (literários, técnicos, jornalísticos, dissertações etc.);
- Usar proficientemente a língua portuguesa nos contextos oral e escrito;
- Conhecer as técnicas e estratégias associadas ao ensino contemporâneo de língua e de literatura;
- Posicionar-se criticamente em relação aos vários entendimentos didáticos produzidos acerca do conhecimento linguístico;

- Articular o ensino com atividades de pesquisa e de extensão e o uso de novas tecnologias;
- Assumir os compromissos socioculturais de um professor de língua e literatura, valorizando os seus princípios éticos e humanistas.

Considerando as questões discutidas acima, pretende-se que o profissional atuante na área de Letras possua um perfil de autonomia e criticidade, competência linguística e metodológica, integrando ensino, pesquisa e extensão na sua prática cotidiana.

Para tanto, enfatizam-se quatro aspectos norteadores da constituição do perfil do egresso do curso de Letras com base nos eixos de conhecimento articuladores do componente curricular do curso, visando, portanto:

- 1- Formação Linguística: através de seus aspectos estruturais, pragmáticos, sociais, pedagógicos e estéticos possibilitará ao aluno desenvolver as competências linguística, comunicativa, estratégica e discursiva;
- 2- Formação Literária: que capacitará o aluno a posicionar-se reflexiva e criticamente diante de manifestações artísticas em língua portuguesa;
- 3- Formação Didática: que deverá relacionar teoria e prática, com criatividade, inventividade e criticidade;
- 4- Formação Complementar: através da qual proporcionará ao aluno uma formação humanística baseada em conhecimentos filosóficos, antropológicos e sociológicos, além de cultura de igualdade e solidariedade, da inclusão social e do respeito e estabelecimento pleno das relações étnico-raciais.

7. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando: (de acordo com a diretriz nacional)		Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência	60
		Língua, Cultura e Sociedade	60
		Legislação e Políticas Educacionais	60
		Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP I	120
		Fundamentos Teóricos e metodológicos de LP II	60
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP III	60
		Linguística aplicada ao Ensino de LP I e II	180
Subtotal			660
2. de formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Leitura e Produção de Textos	60
		Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos	60
		Língua Latina	120
		Introdução à Literatura	120
		Introdução à Linguística	120
		Morfossintaxe I	120
		Linguística I	120
		Teoria da Literatura	120
		Introdução aos Estudos Clássicos	60
		Extensão Universitária	60
		Morfossintaxe II	120
		Literatura Brasileira I – Poesia	120
		Linguística II	120
		Literatura Portuguesa	90
		Linguística III	120
		Literatura Infantil e Juvenil	90
		Literatura Brasileira II – narrativa	120
Subtotal			1740
3. Disciplinas Optativas de formação específica		Tópicos Especiais em Estudos da Linguagem	60
		Tópicos Especiais em Estudos Literários	
Subtotal			60

4. Disciplinas Optativas de formação geral		Teatro: do palco à escola Literatura e interfaces Fundamentos da gramática de língua portuguesa Estratégias de leitura em língua inglesa Aplicativos para uso em sala de aula Literatura e cinema Ensino de línguas para crianças Perspectivas contemporâneas em estudos curriculares e a formação de professores Espanhol numa perspectiva intercultural A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas Introdução à literatura digital Estratégias de leitura em língua espanhola Educação sexual na escola Construção da autonomia moral: cooperação e educação democrática Estatística aplicada à pesquisa científica Raciocínio lógico Mídias sociais e educação Produção de objetos no scratch	120
Subtotal			120
5. Estágio e TCC		Estágio Supervisionado - Gestão Estágio Supervisionado Ensino Fundamental Estágio Supervisionado Ensino Médio Pesquisa em Letras I (Projeto) Pesquisa em Letras II (TCC)	100 150 150 60 60
Subtotal			520
6. Atividades Acadêmicas Complementares			200
Subtotal			200
TOTAL			3300

8. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

A forma de oferta (semestral ou anual) segue a organização dos quadros a seguir, contudo o regime é avaliado ao final de cada ano letivo, podendo sofrer alterações conforme necessidade e deliberação do colegiado.

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária			Forma de Oferta	
			Teórica	Prática	Extensão	Sem (S)	Anual (A)
1º Ano							
	Leitura e Produção de Textos		40	20	-	Semestral	
	Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos		40	20	-	Semestral	
	Língua Latina		120	-	-	Anual	
	Introdução à Literatura		100	20	-	Anual	
	Introdução à Linguística		100	20	-	Anual	
	Língua, cultura e sociedade (EaD)		40	20	-	Semestral	
	Legislação e Políticas Educacionais (EaD)		60	-		Semestral	
	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência		60	-	-	Anual	
Subtotal			560	100			
2º Ano							
	Morfossintaxe I	-	80	20	20	Anual	
	Linguística I	Introdução à Linguística	100	20	-	Anual	
	Teoria da Literatura	Introdução à Literatura	120	-	-	Anual	
	Literatura Portuguesa (EaD)	-	90	-	-	Anual	
	Introdução aos Estudos Clássicos	-	60	-	-	Anual	
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP I (EaD)	-	70	50		Anual	
	Disciplina optativa - Formação Geral		60			Anual	
	Estágio Supervisionado - Gestão		60	40		Anual	
Subtotal			640	130	20		
3º Ano							

	Morfossintaxe II	Morfossintaxe I	80	20	20	Anual
	Literatura Brasileira I – poesia	Teoria Literária	80	20	20	Anual
	Linguística II	Linguística I	120	-		Anual
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP II	FTM de LP I e Estágio Supervisionado - Gestão	30	30	-	Anual
	Linguística Aplicada ao Ensino de LP I	-	30	60	-	Anual
	Extensão Universitária (EaD)	-	60	-	-	Anual
	Pesquisa em Letras I	-	60	-	-	Anual
	Disciplina optativa - formação geral	-	60	-	-	Anual
	Estágio Supervisionado - Ensino – Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado - Gestão	60	50	40	Anual
Subtotal			580	180	80	
4º Ano						
	Linguística III	Linguística II	110	10	-	Anual
	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de LP III	FTM de LP II e Estágio Supervisionado - Ensino – Ensino Fundamental	30	30	-	Anual
	Linguística Aplicada ao Ensino de LP II	Ling. Apl. Ao Ens. De LP I	40	50	-	Anual
	Literatura Infantil e Juvenil	-	70		20	Anual
	Literatura Brasileira II – narrativa	Literatura Brasileira I – poesia	100		20	Anual
	Pesquisa em Letras II (EaD)	Pesquisa em Letras I	60	-	-	Anual
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	-	50	10	-	Anual
	Tópicos Especiais em Estudos da Linguagem / Tópicos Especiais em Estudos Literários	-	60	-	-	Anual

	Estágio Supervisionado - Ensino Médio	Estágio Supervisionado - Ensino – Fundamental	60	50	40	Anual
Subtotal			580	150	80	
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA			2360	560	180	3100
ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR						200
TOTAL GERAL						3300

9. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As disciplinas ofertadas no curso de Letras Português da Unespar – Apucarana são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos e os currículos oficiais propostos para a Educação básica e estão divididas em obrigatórias, optativas e eletivas, conforme apresentado nas subseções a seguir.

10. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º ANO

DISCIPLINA:	Leitura e Produção de Textos		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Práticas de leitura e produção textual fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interativa e no texto como unidade básica significativa da língua. Reconhecimento de estratégias de leitura, de texto e textualidade e dos diferentes gêneros textuais, no universo discursivo. Emprego da coesão e da coerência textuais. Tópicos de Linguística Textual.			
Bibliografia Básica BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. <i>Estética da criação verbal</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306. GERALDI, João Wanderley. <i>Portos de Passagem</i> . 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i> . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002. MARCUSCHI, Luiz Antonio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i> . 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 295 p.			
Bibliografia Complementar CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; NASCIMENTO, Elvira Lopes. <i>Gêneros Textuais: Teoria e Prática II</i> . 1. ed. Palmas: Kaygange, 2005. 199 p. DIONISIO, Angela Paiva. <i>Generos Textuais e Ensino: Séries estratégias de ensino</i> . 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 246 p. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de texto para estudantes universitários</i> . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. FÁVERO, Leonor Lopes. <i>Coesão e Coerência textuais</i> . São Paulo: Ática, 2004 FIORIN, José Luiz. Fundamentos teóricos para o ensino de leitura. <i>Letras</i> , Santa Maria-RS, n. 2, p. 1-11, dez. 1991. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11408 . Acesso em: 14 jul. 2021. ORLANDI, Eni P. <i>Discurso e leitura</i> . São Paulo: Cortez, 1998. SERAFINI, Maria Thereza. <i>Como escrever textos</i> . 5.ed. São Paulo: Globo, 1992			

DISCIPLINA:	Práticas de Leitura e escrita de textos acadêmicos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA</p> <p>Estudo e desenvolvimento da compreensão e produção oral e escrita de textos acadêmicos. Procedimentos de reescrita/reestruturação orientada dos textos produzidos. Adequação do texto às diferentes condições de produção. A comunicação e as competências linguísticas na educação ambiental. Linguagem científica. Análise linguística voltada à produção dos textos.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. <i>Estética da criação verbal</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de texto para estudantes universitários</i>. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i>. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antonio. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. 1ª. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; NASCIMENTO, Elvira Lopes. <i>Gêneros Textuais: Teoria e Prática II</i>. 1. ed. Palmas: Kaygange, 2005. 199 p.</p> <p>DIONISIO, Angela Paiva. <i>Gêneros Textuais e Ensino: Séries estratégias de ensino</i>. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 246 p.</p> <p>FÁVERO, Leonor Lopes. <i>Coesão e Coerência textuais</i>. São Paulo: Ática, 2004</p> <p>GERALDI, João Wanderley. <i>Portos de Passagem</i>. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003</p> <p>ORLANDI, Eni P. <i>Discurso e leitura</i>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>SERAFINI, Maria Thereza. <i>Como escrever textos</i>. 5.ed. São Paulo: Globo, 1992.</p>			

DISCIPLINA:	Língua Latina		
C/H TOTAL:	120h		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA</p> <p>História externa e interna da língua latina. Latim clássico e latim vulgar. As declinações latinas: casos, desinências, gênero e número. Funções morfossintáticas dos termos da oração. Noções sobre sistema verbal e estrutura da frase latina. Tradução.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ALMEIDA, Napoleão Mendes de. <i>Gramática latina</i>. São Paulo: Saraiva, 2000.</p>			

FURLAN, Oswaldo Antônio. Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2011.

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

REZENDE, Antônio Martinez de. *Latina essentia: preparação ao latim*. 3.ed., UFMG, 2000.

Bibliografia Complementar

BUSARELO. *Dicionário básico latino - português*. Florianópolis: UFSC, 2004.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 2.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

CARDOSO, Zélia de Almeida.. *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática, 2011

COMBA, Pe. Julio. *Exercitationes latinae*. São Paulo: Dom Bosco, 1962.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

MARTINS, Maria Cristina. A língua latina: sua origem, variedades e desdobramentos.

Revista Philologus, Ano 12, N° 36. Rio de Janeiro: CiFEEFiL, set./dez.2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO12/36/002.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2021.

MONTAELLI, Indro. *História de Roma: da fundação à queda do império*. Lisboa: Edições 70, 2017.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PAULO, Ronai. *Gradus primus: curso básico de latim*. São Paulo: Cultrix, 1993.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

VIARO, Mário Eduardo. A importância do latim na atualidade. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo, Unisa, v. 1, n. 1, p. 7-12, 1999. Disponível em: http://www.unilago.com.br/download/arquivos/20996/artigo_mario_viaro.pdf. Acesso em 14 de julho de 2021.

DISCIPLINA:	Introdução à Literatura		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Literatura e outras formas de expressões artísticas. Texto literário e não-literário. Linguagem e literatura. Literatura Erudita e Literatura Popular. Fundamentos de periodização e cânone literário. Categorias tradicionais de gêneros literários e estudo dos novos gêneros ficcionais.			
Bibliografia Básica			
CANDIDO, Antonio. <i>Iniciação à literatura brasileira</i> (resumo para principiantes). 3. Ed. São Paulo: Humanitas, 1999.			
CADERMATORI, Lígia. <i>Gêneros literários</i> . São Paulo: Ática, 1995. Série Princípios.			
PROENÇA FILHO, Domício. <i>A linguagem literária</i> . 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.			

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2 ed. São Paulo: Cia. das letras, 2005, p. 48.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto 1*. São Paulo: Ática, 1995. *Teoria do texto 2*. São Paulo: Ática, 1995.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 2007.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais de poética*. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

Bibliografia Complementar

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9.ed. São Paulo: Ática, 2006.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons e ritmos*. 14.ed. São Paulo: Ática, 2006.

PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Trad. Claudia Schilling. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: M. Fontes, 1998.

MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 17.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia de estudo*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

DISCIPLINA:	Introdução à Linguística		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Concepções de Linguagem. A Linguística como ciência autônoma e sua diferenciação da Gramática Normativa. Panorama histórico dos estudos linguísticos. A linguística saussuriana. Noções básicas de Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e Sociolinguística.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>FIORIN, José Luiz (Org.). <i>Linguística? Que é isso?</i> São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). <i>Manual de Linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>SAUSSURE, Ferdinand de. <i>Curso de linguística geral</i>. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BAGNO, Marcos. <i>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.</p> <p>CARVALHO, Castelar de. <i>Para compreender Saussure</i>. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>CHOMSKY, Noam. <i>Linguagem e Mente</i>. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2009.</p> <p>CUNHA, Maria Angélica F.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). <i>Linguística Funcional: teoria e prática</i>. São Paulo: Parábola, 2015.</p> <p>LABOV, William. <i>Padrões sociolinguísticos</i>. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta</p>			

Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
 ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
 NEVES, Maria Helena de Moura. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994. Disponível em
 <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3959/3634>> Acesso em 13 de julho de 2021.
 TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DISCIPLINA:	Língua, cultura e sociedade		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
EMENTA			
<p>Diversidade cultural e diversidade linguística. Literatura e a questão da identidade nacional: a cultura brasileira, em seus aspectos sócio-político e artístico. As relações étnico/raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. As instituições sociais e suas relações com a cultura e a educação. Discussões contemporâneas sob a perspectiva da linguagem e da cultura: direitos humanos, diversidade, etnias.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BOSI, Alfredo. <i>Cultura Brasileira. Temas e Situações</i> (org.). São Paulo: Ed. Ática, 1987. 4.^a edição, 2003. CHIAPPIINI, I.; BRESCCIANI, S. (Orgs.). <i>Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez: 2002. HALL, Stuart. <i>A identidade cultural na pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. ORTIZ, Renato. <i>Cultura Brasileira e identidade nacional</i>. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARENDRT Hannah. <i>A condição humana</i>. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. BAGNO, Marcos. <i>A língua de Eulália: novela sociolinguística</i>. 17 ed. São Paulo: Contexto, 2011. CANDAU, Vera Maria Ferrão. <i>Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação</i>. In: Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, Agosto, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852 CANDIDO, Antonio. <i>Literatura e Sociedade</i>. 13.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014. LAMPERT, Ernani. <i>Educação, Cultura e Sociedade</i>. Porto Alegre: Sulina, 2012. MÉSZÁROS, István. <i>A educação para além do capital</i>. Tradução de Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. TRINDADE, A. e SANTOS R. (orgs.). <i>Multiculturalismo: as mil e uma faces da escola</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. ZAOUAL, Hassan. <i>Globalização e diversidade cultural</i>. São Paulo: Cortez, 2003</p>			

DISCIPLINA:	Legislação e Políticas Educacionais		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Políticas educacionais, legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. Análise da educação na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e em outros Documentos Oficiais.

Bibliografia Básica

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: política, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. *Educação Brasileira: Estrutura e Sistema*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 4. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Janete M. L. de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

LIMA, Antonio Bosco de (Org.). *Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada*. São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, Dalila. A.; ROSAR, Maria de Fátima Félix (Org.). *Política e gestão da educação*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

DISCIPLINA:	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem na adolescência		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência. Desenvolvimento Psicológico e Formação da Personalidade na Adolescência e vida adulta. Inclusão Educacional. Relações entre Professor e Aluno. Indisciplina. Dificuldades de Aprendizagem

Bibliografia Básica

CARRARA, Kester. (Org.). *Introdução à Psicologia da Educação: seis Abordagens*. São Paulo: AVERCAMP Editora, 2007.

CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite. *Espaço e papel da psicologia na formação do educador*. São Paulo: Edunesp, 2015.

COLL, Cesar.; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Maria Nazaré da. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Editora Atual, 2013.

Bibliografia Complementar

COLL, César.; PALACIOS, Jesús.; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva*; 1. Porto Alegre: Artmed, 2004

COLL, César; PALACIOS, Jesús.; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar*; 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DELVAL, Juan. *A escola possível: democracia, participação e autonomia*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

OLIVEIRA, Vera Barros de; BOSSA, Nádia A. *Avaliação psicopedagógica do adolescente*. 10 ed. Petrópolis, RJ: 2008.

SANTOS, Michele. S. dos; XAVIER, Alessandra, S.; NUNES, Ana Ignez B. *Psicologia do desenvolvimento teorias e temas contemporâneos*. Brasília: Liber Livro, 2009.

SISTO, Fermino.F.; OLIVIEIRA, Gislene .de C. ; FINI, Lucila .D.T. *Leituras de psicologia para formação de professores*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

VIGOTSKI, Lev .; LURIA .Alexander R.; LEONTIEV Alex N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10 ed. São Paulo: Ícone, 2006.

2º ANO

DISCIPLINA:	Morfossintaxe I		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA:80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Vocábulo e frase: noções introdutórias. Estrutura e princípios de formação de palavras em língua portuguesa. Classes de Palavras. Categorias Gramaticais. Estudo morfossintático do período simples. Atividade extensionista envolvendo os conceitos			

estudados na disciplina. Desenvolvimento de ações extensionistas.

Bibliografia Básica

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no Português do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Ingedore. G. V.; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Juiz de Fora: Pontes, 2001.

MONTEIRO, José Luiz. *Morfologia portuguesa*. 1.ed. São Paulo: FTD, 1999.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe: Como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.

DISCIPLINA:	Linguística I		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Dupla articulação da linguagem. Descrição dos níveis de estruturação interna da língua: morfológico, fonológico e sintático. Modularidade da linguagem. Operações linguísticas fundamentais. Fonologia e fonética: conceitos fundamentais. Vocalismo, consonantismo e prosódia. Variação e mudança: conceitos e fenômenos.			
Bibliografia Básica			
CRISTÓFARO SILVA, Thaís. <i>Fonética e fonologia do português</i> . São Paulo: Contexto, 2001.			
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. <i>Introdução à linguística: domínios e fronteiras</i> . Vols. 1, 2 e 3. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.			
BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de Linguística Geral I</i> . 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.			
CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. <i>Estrutura da língua portuguesa</i> . 29 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.			
Bibliografia Complementar			
ANTONIO, Juliano Desiderato; BENITES, Sonia Aparecida Lopes (orgs.). <i>Fonética e Fonologia</i> . Maringá: Eduem, 2011. (Coleção formação de professores em Letras EAD; v.			

14).

BORTONI-RICARDO, Stella-Marins; SOUSA, Rosineide; FREITAS, Vera; MACHADO, Veruska (orgs.). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014.
CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística I: objetos teóricos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica. *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2007.
LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008

MARTINET, André. *Elementos de Linguística Geral*. 3. Ed. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1971.

MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia R.; TAVARES, Maria Alice (orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROBERTO, Mikaela. *Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

DISCIPLINA:	Teoria da Literatura		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto. Campo literário: leitura, análise, crítica, historiografia e teorias literárias. Principais correntes da Teoria da Literatura do século XX e da contemporaneidade.			
Bibliografia Básica AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. <i>Teoria Da Literatura</i> . 8.ed. Coimbra: Almedina, 2011. BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org). <i>Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i> . 3.ed. Maringá: Eduem, 2014 COMPAGNON, Antoine. <i>O Demônio da Teoria</i> . 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. SOUZA, Roberto Acízelo de. <i>Teoria da literatura</i> . 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.			
Bibliografia Complementar DURÃO, Fábio Akcelrud. <i>O que é crítica literária</i> . São Paulo: Nankin, Parábola Editorial, 2016. EAGLETON, Terry. <i>Teoria da literatura: uma introdução</i> . 4.ed. São Paulo: Ática, 2002. ECO, Umberto. <i>Sobre a literatura</i> . Rio de Janeiro: Record, 2003. ECO, Umberto. <i>Seis passeios pelos bosques da ficção</i> . Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários</i> . Coimbra:			

Almedina, 2001.

SAMUEL, Rogel. *Novo Manual de Teoria literária*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Clássicos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Elementos da cultura clássica greco-romana formadores da cultura ocidental, com especial destaque para a literatura e as demais artes. O legado da cultura clássica para as culturas neolatinas. Estudo e análise dos principais autores e obras da Literatura Latina, desde os primeiros escritos até a Época de Cícero.			
Bibliografia Básica BEARD, Mary. <i>Pompeia: a vida de uma cidade romana</i> . Rio de Janeiro: Record, 2016. BULFINCH, Thomas. <i>O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis</i> . Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018. CARDOSO, Zélia de Almeida. <i>A literatura latina</i> . 2.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003. GOMBRICH, Ernst Hans. <i>A História da arte</i> . Rio de Janeiro: LTC, 1999.			
Bibliografia Complementar BEARD, Mary. <i>SPQR: uma história da Roma Antiga</i> . São Paulo: Planeta, 2017. BURKE, Peter. <i>O renascimento</i> . Lisboa: Texto e Grafia, 2008. CODONER, Carmen. <i>Historia de la literatura latina</i> . Madrid: Ediciones Cátedra, 2011. COSTA, Aída. <i>Temas clássicos</i> . São Paulo: Cultrix, 1979. MONTAELLI, Indro. <i>História de Roma</i> . Rio de Janeiro: Record, 1969. MONTAELLI, Indro. <i>História de Roma: da fundação à queda do império</i> . Lisboa: Edições 70, 2017. NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. <i>Origens do Português Brasileiro</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2007. SCHMIDT, Joël. <i>Dicionário de mitologia grega e romana</i> . Lisboa: Edições 70, 2015.			

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Língua Portuguesa I		
C/H TOTAL:	120h		
C/H TEÓRICA:60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60
EMENTA Estudo reflexivo sobre dimensões históricas, teóricas e metodológicas da prática de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, considerando a organização e estruturação da escola e da disciplina da língua portuguesa. Documentos oficiais e as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa. Abordagens metodológicas. Prática de planejamento. Políticas de inclusão.			

Bibliografia Básica

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PARANÁ. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Língua Portuguesa*. Curitiba: SEED/DEB, 2008.
- PIMENTA, Selma Guarrido (org.). *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

- BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p 141-161. (Coleção Humanística)
- GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. - 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2003. - (Coleção educação contemporânea).
- HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (orgs.). *Saberes em (trans)formação*. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- SELBACH, Simone (supervisão geral). *Língua Portuguesa e didática*. 3ed. Petrópolis, RJ: SUASSUNA, Lívia. *Ensino de língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p.1171-183. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Vozes, 2014.

DISCIPLINA:	Literatura Portuguesa		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30
EMENTA Breve panorama da Literatura Portuguesa por meio das importantes formas literárias (poesia, drama, romance). Análise de textos (dos séculos XIV ao XXI) representativos da cultura e da literatura portuguesa.			
Bibliografia básica ABDALA JÚNIOR, Benjamin. <i>História social da Literatura Portuguesa</i> . 4.ed. São Paulo: Ática, 1994. MOISÉS, Massaud. <i>A literatura Portuguesa</i> . 37.ed. São Paulo: Cultrix, 2008. MOISÉS, Massaud. <i>A Literatura Portuguesa Através dos Textos</i> . 33. ed. rev. ampl. São Paulo: Cultrix, 2012. SARAIVA, Antonio José. <i>Iniciação à Literatura Portuguesa</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1999.			
Bibliografia complementar			

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria Da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1998.
 BUESCU, Maria Leonor. *Literatura Portuguesa Medieval*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.
 CAMÕES, Luis de. *Lírica: redondilha e soneto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
 CARVALHO, José. *As ruínas da poesia portuguesa do século XII* (uma antologia breve). *Línguas e Literatura*. Porto, XX, 1, 2003, p. 31-46.
 FRANÇA, José A. *O romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.
 LIMA, Isabel Pires de. (org.) *Antero de Quental e o destino de uma geração*. Lisboa: Asa, 1994.
 LOURENÇO, Eduardo. *Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.
 MACHADO, Irley. *Gil Vicente: o teatro e o ambiente medieval de sua obra*. *OuvirouVer*, n. 2, p.7-31, 2006.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Gestão		
C/H TOTAL:	100h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 40	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Vivência do cotidiano escolar: regras e organização estrutural e didático-pedagógica. O professor e as práticas de gestão escolar. Participação em situações de análise, planejamento e intervenção no âmbito da administração escolar.

Bibliografia Básica

FERREIRA, N. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2000.
 LIBANEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
 PAGLIUSO, A. T.; CARDOSO, R.; SPIEGEL, R.
Gestão organizacional: o desafio da construção do modelo de gestão. São Paulo: Saraiva, 2010.
 SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. Campinas: Autores Associados, 1996.
 VIEIRA, S. L. (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Orgs.).
Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014.
 DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, 2000.
 PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e*

docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PICONEZ, S. B. (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012.

RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Cortez, 2000.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROBBINS, S. P. Fundamentos do comportamento organizacional. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, E.; HAMSLEY, J. Estrutura das organizações. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1986.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

3º ANO

DISCIPLINA:	Morfossintaxe II		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Estudo morfossintático do período composto. Análise morfossintática em diferentes perspectivas teóricas. Intersecções entre as abordagens gramaticais normativa, estrutural, gerativa, descritiva e funcional. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina. Desenvolvimento de ações extensionistas.</p>			
Bibliografia Básica			
CASTILHO, Ataliba T. <i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i> . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.			
NEVES, Maria Helena de M. <i>A gramática funcional</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.			
PERINI, Mario. <i>Gramática descritiva do português</i> . 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.			
SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore G. V. <i>Linguística aplicada ao português: Sintaxe</i> . 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1981.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1973.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.

SOUZA, Francisco Elton Martins de. Teorias linguísticas e suas concepções de gramática: alcances e limites. *Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 37-47, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1929/1719>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DISCIPLINA:	Literatura Brasileira I - poesia		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 80	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudos teóricos sobre a Literatura Brasileira. Análise de textos representativos da cultura e da Literatura Brasileira, em verso, das origens ao séc. XXI. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina. Desenvolvimento de ações extensionistas.

Bibliografia Básica

ASSIS BRASIL, Antônio de. *A nova literatura brasileira: a poesia*. Rio de Janeiro: CEA/INL, 1973.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: MEC/Casa Rui Barbosa, 1958.

ÁVILA, Afonso. *O poeta e a consciência crítica*. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1978.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 31.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor. "Lyric poetry and society." *Critical theory and society*. Editors Stephen Eric Bronner and Douglas Mackay Kellner. New York: Routledge, 1989, 155-171.

CHIAPPINI, Lígia. BRESCIANI, Maria Stella. (org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO. Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduff/José Olympio, 1986, 6 vols.

ELIOT, Thomas Stearns. *A função social da poesia*, em *De poesia e poetas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FAUSTINO, Mário. *Poesia-experiência*. São Paulo: Perspectiva, 1977. JUNQUEIRA, Ivan. *O signo e a sibila*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1993.

DISCIPLINA:	Linguística II		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
As exclusões saussureanas: sujeito, objeto e história. Linguística enunciativa, enunciado e enunciação. Argumentação e linguagem. Tópicos em Análise de Discurso. O texto em diferentes perspectivas: enunciativa, textual e discursiva.			
Bibliografia Básica			
GUIMARÃES, Eduardo. <i>Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem</i> . Campinas, SP: Pontes, 1995.			
FLORES, Valdir do N.; TEIXEIRA, Marlene. <i>Introdução à linguística da enunciação</i> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.			
ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). <i>Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade</i> . 3. ed. Campinas: Pontes, 2015.			
Bibliografia Complementar			
BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). <i>O texto e seus conceitos</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2016.			
BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de Linguística Geral II</i> . 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.			
DUCROT, Oswald. <i>O dizer e o dito</i> . Campinas: Pontes, 1987.			
INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. L; MITTMAN, Solange (orgs.). <i>O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras</i> . São Carlos: Claraluz, 2009.			
ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). <i>Introdução às Ciências da Linguagem - Discurso e Textualidade</i> . 3. ed. Campinas: Pontes, 2015.			
FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José. (Orgs.) Estudos da língua(gem) : Michel Pêcheux e a Análise de Discurso, Vitória da Conquista-BA, n. 1, p. 3-130, jun. 2005. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/issue/view/78 . Acesso em: 14 jul. 2021.			
FLORES, Valdir do N. [et al.]. Enunciação e gramática . São Paulo: Contexto, 2011.			
LAGAZZI, Suzy. Em torno da prática discursiva materialista. Organon , Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 85-100, jul./dez., 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/57217 . Acesso em: 10 maio 2016.			

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). *Glossário de termos do discurso*: Edição ampliada. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento [1983]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

SARFATI, George-Elias; PAVEAU, Marie-Anne. **As grandes correntes da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa II		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Estudo reflexivo sobre as dimensões metodológicas da prática de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa e da literatura no Ensino Fundamental II, considerando os documentos oficiais e a contribuição das tecnologias de informação.			
Bibliografia Básica ANTUNES, Irandé. <i>Aula de português</i> : encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Aula 1) BORTONI-RICARDO, Stella Maris; et all (orgs.) <i>Leitura e Mediação Pedagógica</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012. GERALDI, João Wanderley (org.). <i>O texto na sala de aula</i> . São Paulo: Ática, 1997. SCHEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. <i>Gêneros Oraís e Escritos na escola</i> . Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2004.			
Bibliografia Complementar FERRAREZI JR., Celso; CARVALHO, Robson Santos de. <i>Produzir textos na educação básica</i> : o que saber, como fazer. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. GARCEZ, Lucilia H. C. do. <i>A escrita e o outro</i> : os modos de participação na construção do texto. Brasília: UNB, 1998. GERALDI, João Wanderley. <i>Linguagem e ensino</i> : exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996. LUFT, Celso Pedro. <i>Língua e liberdade</i> : por uma nova concepção da língua materna. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993 MATENCIO, Maria de Lourdes M. <i>Leitura e produção de textos e a escola</i> . Campinas: Mercado de Letras, 2003.			

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada ao ensino de Língua Portuguesa I		
C/H TOTAL:	90		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo reflexivo sobre as contribuições teóricas da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa. Leitura, oralidade, escrita/produção textual escolar e análise linguística. Implicações teórico-práticas do ensino de diferentes tipos de gramática.

Bibliografia Básica

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagens*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTI, Marilda C. (orgs.) *Linguística Aplicada: sua faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda. (orgs.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição; ROSA, Douglas Côrrea da. *A pesquisa na educação básica: um olhar para a leitura, a escrita e os gêneros discursivos na sala de aula*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

FERNANDES, Eliane Marques Fonseca. *Gêneros do Discurso: dialogando com Bakhtin*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MENEGASSI, Renilson José. (org.) *Leitura, escrita e gramática no ensino fundamental: das teorias às práticas docentes*. Maringá: Eduem, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. (Orgs.) *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015.

SIGNORINI, Inês; FIAD, Raquel Salek (Orgs.). *Ensino de Língua: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2012.

SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana (orgs.) *Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA:	Extensão universitária		
C/H TOTAL:	60 H		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 30

EMENTA

Extensão universitária: conceitos, histórico, políticas, tendências e bases filosóficas. A extensão universitária como interface para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Linhas orientadoras da extensão: transformação social, bilateralidade, interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Metodologias e elaboração de projetos de extensão universitária. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um projeto de extensão.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de Projetos de Extensão Universitária*. Editora Avercamp, 2008.

GONÇALVES, Nádia G.; QUIMELLI, Gisele A. de Sá. (orgs.) *Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba, Editora CRV, 2006.

GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. *Educação e Extensão Universitária: Pesquisa e Docência*. Editora Juruá, 2017.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

Bibliografia complementar

FRIZZO, Giovanni; MARIN, Elizara; SCHELLIN, Fabiane. A extensão universitária como elemento estruturante da universidade pública no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 623-646, set./dez. 2016. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/frizzo-marin-schellin.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2021.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para quê?* Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 5 de julho de 2021.

LIBERALINO, Francisca N. (Org.). *Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania*. XXVI Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

Regional Nordeste. 2002, Natal. *Anais*. Natal, RN: EDUFRN, 2002. 112P.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

NOGUEIRA, Maria da Dores. *Onde falha o plano nacional de extensão?* In: *Interagir: pensando a extensão*, n 4, p. 9-13, ago-dez, 2003. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Acesso: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/21099/15198>. Acesso em 5 de julho de 2021.

SOUZA, Ana Luísa L. *A história da Extensão Universitária*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p.

TAUCHEN, Gionara; FAVERO, Altair. *O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação*. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3818>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras I		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Conhecimento científico e a noção de pesquisa. Ética na pesquisa. Investigação científica em Letras. Recorte temático. Construção de questões e objetivos de pesquisa. Material e corpus de pesquisa. Noções de segmentação e recorte. Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa. Normas da ABNT.			
Bibliografia Básica			
GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2005.			
MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela H. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Manual de pesquisa em estudos linguísticos . 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.			
Bibliografia Complementar			
AGUIAR, Vera Teixeira; PEREIRA, Vera Wannmacher (Orgs.). <i>Pesquisa em letras</i> . Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1499 . Acesso em: 14 jul. 2021.			
BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. <i>Projeto de pesquisa: propostas metodológicas</i> . 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.			
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. <i>Planejamento de Pesquisa: uma introdução</i> . São Paulo: EDUC, 1996.			
MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . São Paulo: Atlas, 2001.			
ORLANDI, Eni L. P. Segmentar ou recortar? <i>Série Estudos</i> , Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984. (Linguística: questões e controvérsias.)			
SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Ensino Fundamental
C/H TOTAL:	150

C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA Vivência de diversas experiências em sala de aula e fora dela no contexto do ensino de língua e literatura para o Ensino Fundamental II, com teorização subsequente, para o desenvolvimento da competência profissional do aluno-professor de língua portuguesa e literatura brasileira. Desenvolvimento de ações extensionistas relacionadas à prática docente.</p> <p>Bibliografia Básica ALMEIDA, Maria Izabel de; PIMENTA, Selma Guarrido (orgs.) <i>Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos</i>. São Paulo: Cortez, 2014. RIOS, Terezinha Azeredo. <i>Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade</i>. São Paulo: Cortez, 2002. SAVIANI, Nereide. <i>Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico</i>. São Paulo: Cortez, 2000. TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar PIMENTA, Selma Garrido. <i>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. PICONEZ, Stela Bertholo. (coord.) <i>A prática de ensino e o estágio supervisionado</i>. 24 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <i>Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico</i>. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002. ZABALZA, Miguel A. <i>O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária</i>. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos) ZABALZA, Miguel. A. <i>Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

4º Ano

DISCIPLINA:	Linguística III		
C/H TOTAL:	120H		
C/H TEÓRICA: 110	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA Tópicos de significação: linguagem e exterioridade; referência e sentido; opacidade e transparência. Relações de sentido (sinonímia, antonímia, hiperonímia e hiponímia). Pragmática: atos de fala e performatividade; inferência e implicaturas. Semiótica: aspectos</p>			

introdutórios e a concepção de texto.

Bibliografia Básica

BARROS, Diana L. P. Teoria semiótica do texto. São Paulo: Ática, 1990

BRÉAL, Michel. Ensaio de semântica: ciência das significações. Tradução de Eduardo Guimarães. 2.ed. Campinas: RG, 2008.

CANÇADO, Márcia. Manual de Semântica: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Inês Lacerda. Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2010.

AUSTIN, John. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FREGE, Gottlob. Lógica e Filosofia da Linguagem. Seleção e tradução de Paulo Alcoforado. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

GRICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). Fundamentos Metodológicos da Linguística: Pragmática - Problemas críticos - Perspectivas da Linguística, V. 4, Campinas: Global, 1982, p.81-103. ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley. Semântica. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MULLER, Ana Lúcia. Semântica Formal. São Paulo: Contexto, 2003.

DISCIPLINA:	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Língua Portuguesa III		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Estudo reflexivo sobre as dimensões metodológicas da prática de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e da literatura no Ensino Médio, considerando os documentos oficiais e a contribuição das tecnologias de informação.			
Bibliografia Básica			
BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (org.) <i>Português no ensino médio e formação do professor</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.			
GERALDI, João Wanderley. <i>A aula como acontecimento</i> . São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.			
_____. <i>Portos de Passagem</i> . 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
LUCKESI, Cipriano Carlos. <i>Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico</i> . São Paulo: Cortez, 2011.			

ROJO, Roxane. *Prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. *Transposição Didática: por onde começar?* São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e dos Desportos. Secretaria Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa- Ensino Médio*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FERNANDES, Claudia de Oliveira (org.). *Avaliação das Aprendizagens: sua relação com o papel social da escola*. São Paulo: Cortez, 2014.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP: Mercado de Letras: associação de Leitura do Brasil, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos*. São Paulo, Editora Vozes, 2014.

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa II		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Estudo reflexivo sobre as contribuições teóricas da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Práticas de letramento(s). Formação reflexiva inicial e continuada de professores.			
Bibliografia Básica			
ANTUNES, Irandé. <i>Língua, texto e ensino: outra escola possível</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.			
GERHARDT, Ana Flavia Lopes Magela (org.) <i>Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada</i> . São Paulo: Pontes, 2013.			
KLEIMAN, Angela. (org.) <i>Os significados do letramento</i> . Campinas/SP: Mercado de Letras, 1995.			
MOITA LOPES, Luiz Paulo. <i>Por uma linguística aplicada indisciplinar</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.			
Bibliografia Complementar			
ANTUNES, Irandé. <i>Gramática Contextualizada: limpando o pó das ideias simples</i> ”1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.			
_____. <i>Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2007.			
DIONÍSIO, Angela P.; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). <i>O livro didático de português:</i>			

múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p.46-59.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º. E 2º o. graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DISCIPLINA:	Literatura Infantil e Juvenil		
C/H TOTAL:	90 h		
C/H TEÓRICA: 70	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Caracterização da literatura infantil: aspectos históricos e temáticos. Literatura infantil e juvenil na escola. Letramento Literário. Critérios e estratégias para a escolha e a abordagem de textos infanto-juvenis. Desenvolvimento da prática de formação do professor de literatura infantil. Contação de histórias. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina. Desenvolvimento de ações extensionistas.			
Bibliografia Básica ABRAMOVICH, Fanny. <i>Literatura Infantil: Gostosas e bobices</i> . São Paulo: Scipione, 2006. COELHO, Nelly Novaes. <i>Panorama histórico de literatura infanto-juvenil</i> . 5.ed. São Paulo: Ática, 2010. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. <i>Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias</i> . São Paulo: Ática, 2007. (Série Fundamentos). MARTINS, Aracy Alves; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Orgs.). <i>A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil</i> . 1.ed. Belo Horizonte: autêntica, 2007.			
Bibliografia Complementar AGUIAR, Vera (Coord.). <i>Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores</i> . Belo Horizonte: Formato, 2001. BETTELHEIM, Bruno. <i>A psicanálise nos contos de fadas</i> . 14º ed. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. BORDINI, Maria da Glória. <i>Poesia Infantil</i> . São Paulo: Ática, 1986. CADEMARTORI, Lígia. <i>O que é literatura infantil</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986. COLOMER, Teresa. <i>A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual</i> . São Paulo: Global, 2003. COELHO, Nelly Novaes. <i>O conto de fadas</i> . São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1981			

DISCIPLINA:	Literatura Brasileira II - Narrativa		
C/H TOTAL:	120 h		
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Estudos teóricos sobre a Literatura Brasileira. Análise de textos representativos da cultura e da Literatura Brasileira, em prosa, das origens ao séc. XXI. Atividade extensionista contemplando os conteúdos estudados na disciplina. Desenvolvimento de ações extensionistas.			
Bibliografia Básica			
MOISÉS, Massaud. <i>A análise literária</i> . 17.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.			
PROENÇA FILHO, Domício. <i>A linguagem literária</i> . 2.ed. São Paulo: Ática, 2011.			
AGUIAR E SILVA, Vitor Manoel de. <i>Teoria e Metodologia Literárias</i> . Lisboa: Universidade Aberta, 1990.			
CANDIDO, Antonio. <i>A educação pela noite e outros ensaios</i> . 2 ed, São Paulo: Ática, 1989.			
Bibliografia Complementar			
D'ONÓFRIO, Salvatore. <i>Teoria do texto</i> . São Paulo: Ática, 2002. V. 1 e 2.			
GANCHO, Cândida Vilares. <i>Como analisar narrativas</i> . 9.ed. São Paulo: Ática, 2006.			
GOLDSTEIN, Norma. <i>Versos, sons e ritmos</i> . 14.ed. São Paulo: Ática, 2006.			
HAUSER, Arnold. <i>História social da arte e da literatura</i> . São Paulo: M. Fontes, 1998.			
WELLEK, René; WARREN, Austin. <i>Teoria da literatura e metodologia de estudo</i> . São Paulo: M. Fontes, 2003.			

DISCIPLINA:	Pesquisa em Letras II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL: 60
EMENTA			
Processo analítico do corpus. Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.			
Bibliografia Básica			
BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. <i>A arte da pesquisa</i> . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.			
MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . São Paulo: Atlas, 2001.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
Bibliografia Complementar			
A bibliografia complementar será definida de acordo com a temática da pesquisa a ser realizada pelo acadêmico e definida, em conjunto, com seu respectivo orientador.			

DISCIPLINA:	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA</p> <p>Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Políticas públicas e legislação. Aspectos linguísticos da Libras: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe espacial. Gramática e noções básicas da Libras. Leitura e escrita dos surdos. Educação bilíngue e educação inclusiva. Recursos didáticos e metodológicos para o ensino na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos. Inclusão do surdo na rede regular de ensino. Papel do intérprete.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: <i>A aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: <i>Estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos (org.). <i>Atualidade da educação bilíngue para surdos: Processos e Projetos Pedagógicos</i>. Porto Alegre: Medicação, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>FERNANDES, Eulália (org.). <i>Surdez e bilinguismo</i>. Porto Alegre: Medicação, 2010.</p> <p>GUARINELLO, Ana Cristina. <i>O papel do outro na escrita de sujeitos surdos</i>. São Paulo: Plexus, 2006.</p> <p>GÓES, Maria Cecília Rafael de. <i>Linguagem, surdez e educação</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.</p> <p>PIZZIO, Aline Lemos; QUADROS, Ronice Müller de. <i>Aquisição da língua de sinais</i>. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.</p> <p>STREIECHEN, Eliziane Manosso. <i>Por que o surdo escreve diferente?</i> Revista Interlinguagens-discutindo as interfaces da língua, literatura e ensino. Nº 02. Volume 02, p. 158-175, 2011. Disponível em: http://www.revistainterlinguagens.com.br/sumario.php?pub_cod=3</p>			

DISCIPLINA:	Tópicos Especiais em Estudos da linguagem / Tópicos Especiais em Estudos literários (Disciplina Optativa de formação específica)		
C/H TOTAL:	60h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Tópicos Especiais em Estudos da linguagem

A disciplina visa oferecer conhecimentos teóricos e metodológicos introdutórios de áreas e aspectos variados da Linguística contemporânea, de acordo com a demanda dos alunos e a disponibilidade de professor.

Tópicos Especiais em Estudos literários

A disciplina tem por objetivo discutir aspectos variados na área dos estudos literários, de acordo com a demanda dos alunos e a disponibilidade de professor.

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado - Ensino Médio		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 50	C/H EXTENSÃO: 40	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Vivência de diversas experiências em sala de aula e fora dela no contexto do ensino de língua e literatura para o Ensino Médio, com teorização subsequente, para o desenvolvimento da competência profissional do aluno-professor de língua portuguesa e literatura brasileira. Desenvolvimento de ações extensionistas relacionadas à prática docente.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. <i>Estágio e Docência</i>. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em formação. Série saberes pedagógicos)</p> <p>RIOS, Terezinha Azeredo. <i>Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>SAVIANI, Nereide. <i>Saber escolar, currículo e didática: problemas de conteúdo/método no processo pedagógico</i>. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>PIMENTA, Selma Garrido. <i>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>PICONEZ, Stela Bertholo. (coord.) <i>A prática de ensino e o estágio supervisionado</i>. 24 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <i>Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico</i>. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p>ZABALZA, Miguel A. <i>O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária</i>. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos)</p> <p>ZABALZA, Miguel. A. <i>Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>			

10.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes de Letras Português devem cumprir ao menos 2 disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Proreitoria de Graduação da Unespar⁴[1]:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo.

Atendendo a estes parâmetros, as disciplinas optativas do Curso de Letras Português serão ofertadas em articulação com os cursos de formação de professores da Unespar – *Campus* Apucarana, sendo que o estudante deverá optar por 2 disciplinas dentro da lista de 18 ementas apresentadas a seguir. Estas disciplinas serão ofertadas em regime presencial e compartilhadas por estudantes dos cursos de Letras Português, Letras Espanhol, Letras Inglês, Matemática e Pedagogia, atendendo a critérios de distribuição de vagas a ser elaborado pelos colegiados de curso que visem à interação entre os alunos destas disciplinas.

Optativas ofertadas pelo curso Letras Português

4 MEMORANDO N° 036/2017-PROGRAD

DISCIPLINA:	Fundamentos da Gramática de Língua Portuguesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA</p> <p>Estrutura e funcionamento morfológico e sintático da língua portuguesa. Classes de palavras: identificação e mecanismos de flexão. Análise sintática: período simples e período composto. Pontuação, regência, concordância e colocação pronominal.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>BACCEGA, Maria Aparecida. <i>Concordância verbal</i>. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>BECHARA, Evanildo. <i>Gramática escolar da língua portuguesa</i>. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>. 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. <i>Estrutura da língua portuguesa</i>. 9a ed. Vozes. Petrópolis.</p>			

DISCIPLINA:	Literatura e Interfaces		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA</p> <p>Narrativa verbal e narrativa visual: aproximações; o diálogo interartes; as escrituras do visual e o imaginário de outras artes no romance; tecnologias da imagem e da informação e transformações na cultura contemporânea.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. <i>O cinema e a invenção da vida moderna</i>. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Estética: Literatura e pintura, música e cinema</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>NASCIMENTO, Evando. <i>Ângulos. Literatura e outras artes</i>. Juiz de Fora: Editora UFJF/Argos, 2002.</p> <p>VIEIRA, André Soares. <i>Escrituras do visual: o cinema no romance</i>. Santa Maria: Editora UFSM, 2007</p>			

DISCIPLINA:	Teatro na escola: do palco à sala de aula		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Ampliação de conceitos e perspectivas sobre os elementos constitutivos do teatro, levando em consideração o texto, a cena e o jogo teatral. Origem do teatro ocidental: tragédia e comédia. Panorama do teatro brasileiro. Teatro infantil e juvenil. Contação de histórias. Jogos teatrais na escola, de acordo com a teoria metodologia proposta por Viola Spolin.

Bibliografia Básica

SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GUINSBURG, J. *Da cena em cena*. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Estudos).

PEIXOTO, Fernando (Org.). *Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX* – Yan Michalski. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

MAGALDI, Sábato. *Iniciação ao teatro*. São Paulo: Ática, 1986.

ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro: J Zahar, 1998

Optativas ofertadas pelo Curso Letras Espanhol

DISCIPLINA:	Espanhol em uma Perspectiva Intercultural		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Espanhol como língua multicultural. Compreensão de textos orais, escritos e multimodais de diferentes origens culturais. Desenvolvimento da competência Intercultural.			
Bibliografia Básica			
BYRAM, M.; FLEMING, M. Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas. Enfoques a través del teatro y la etnografía. Madrid : Cambridge University Press, 2001			
FERREIRA, C.C.. (Inter) culturalidade em prol da competência comunicativa na aula de línguas estrangeiras ou línguas adicionais. In: FERREIRA, C. C. et al (Orgs.). Tessituras. Londrina: Uel, 2012. p. 49-78.			
GARCÍA, P.G. La cultura, ¿universo compartido? La didáctica intercultural en la enseñanza de idiomas. RedELE: Revista Electrónica de Didáctica ELE., 2004.			

DISCIPLINA:	A interação em ambientes virtuais e a aprendizagem de línguas		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Ambientes formais e informais de aprendizagem de línguas. Multiletramentos e aprendizagem de línguas A interação com falantes naturais por meio de aplicativos.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, L.M.T.R. (org.). *Autores e produtores de textos na contemporaneidade: Multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas*. Campinas, SP: Pontes, 2016.

CASSANY, D. *En_línea: leer y escribir en la red*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2012.

GARCIA, M.S.S.; MACHADO, D. P. Protagonismo na aprendizagem de línguas pelo uso de aplicativos. In: *Revista Científica em Educação à distância. EAD em foco*, v. 7, 2017, p.114-123.

ESCRIBANO ORTEGRA, M.; GONZÁLES CASARES, C. *Tándem online en el aprendizaje autónomo de lenguas extranjeras*. Actas del XXIV Congreso de ASELE, 2013.

LEFFA, V. J. Interação, mediação e agência na aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, A.M.F. (Org.). *Linguística Aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 275-295

DISCIPLINA:	Introdução à Literatura Digital		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

História da Literatura Digital: momentos relevantes. Teoria do Texto Digital: tipologias, eletrônico v/s impresso, concepções de produção, leitura e difusão do Texto Digital. Análise de obras particulares a serem determinadas pelo ministrante da disciplina.

Bibliografia Básica

HAYLES, Katherine. *Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário*. Trad. Luciana Lhullier e Ricardo Moura Buchweitz. São Paulo: Global, 2009.

SANTOS, Alckmar Luiz dos. *Leituras de nós: ciberespaço e literatura*. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

RAMOS, Maria Luiza. *Fenomenologia da Obra Literária*. 4 ed., Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ELO. Electronic Literature Collection. 3v. Disponível em: <http://collection.eliterature.org>. Acesso em: 6/6/2018.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em Língua Espanhola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Compreensão leitora de textos em Espanhol. Estratégias de leitura. Estudos de gêneros textuais presentes nos diversos campos de atividade humana. Análise de textos e de questões de provas de proficiência em Língua Espanhola.

Bibliografia Básica

HEVOT, B.; NORTE, M.B. *O processo de leitura em língua estrangeira*. Nuances, v.8, 1997
 JOUINI, K. *Estrategias inferenciales en la comprensión lectora*. Glosas Didácticas: Revista Eletrónica Internacional, n. 13, 2005.
 SÁNCHEZ CHÉVEZ, L. E. (2013), *La comprensión lectora: hacia una aproximación sociocultural*. Diá-logos 12, 7-16.

DISCIPLINA:	Espanhol para Negócios		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Unidade e diversidade da língua espanhola voltada para o âmbito específico dos negócios. Desenvolvimento das habilidades de recepção e produção da língua espanhola: oral e escrita.

Bibliografia Básica

LARRAÑAGA DOMÍNGUEZ, Ainhoa. *El léxico de los negocios*. Madrid: SGEL, 2005.
 PROST, Gisèle. *Al dí@. Curso superior de español para los negocios*. Madrid: SGEL, 2003.
 BLANCO CANALES, Ana y M^a Sol Villarrubia Zúñiga. *Negocios. Manual de español profesional*. Alcalá de 4. Henares: Universidad de Alcalá, 2005.
 CORONADO GONZÁLEZ, María Luisa. *A fondo*. Madrid: SGEL, 2003.
 BRENES GARCÍA, Ana M^a. *Exposiciones de negocios en español*. Madrid: Arco Libros, 2002

Optativas ofertadas pelo curso Letras Inglês

DISCIPLINA:	Estratégias de leitura em língua inglesa		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Desenvolvimento da língua inglesa, com ênfase em estratégias de leitura e uso de Inglês para fins específicos. Leitura e análise de gêneros escritos de diferentes esferas de atividade. Linguagem de média complexidade voltada à compreensão escrita.

Bibliografia Básica

KLEIMAN, A. B. *Oficina de leitura: teoria e prática*. São Paulo: Pontes/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

LAPKOSKI, G. A. O. *Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em Língua Inglesa*. Editora Intersaberes, 2012.

SOUZA, A. G. F. et. al. *Leitura em língua inglesa. Uma abordagem instrumental*. 2ª ed. Disal Editora, 2010

DISCIPLINA:	Literatura e Cinema		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudos das relações entre literatura e cinema. Abordagem crítica da relação entre obroliterária e discursos audiovisuais. Foco nas discussões sobre aspectos de representação e de construção de narrativas, em códigos e subcódigos específicos. Estudo comparativo entre linguagens e formas de circulação e produção artística entre diversos meios. Reflexões a respeito dos processos intermediais.

Bibliografia Básica

CAMPOS, H. *Metalinguagem & Outras Metas: Ensaio de Teoria e Crítica Literária*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CORSEUIL, Anelise. Literatura e cinema. In: Thomas Bonnici & Lúcia Osana Zolin . (Orgs.) *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EDUEM, 2003.

CORSI, Margarida da Silveira. Romance e cinema: aliados na (re) construção da identidade nacional. *Revista JIOP*. Número 1. Departamento de Letras. 2010. p. 69-91.

RAJEWSKY, I. Intermediality, Intertextuality, and Remediation: A Literary Perspective on Intermediality. In: *Intermedialités*. No 6, Remédier. Montreal: Spring 2016.

DISCIPLINA:	Ensino de Línguas para Crianças		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo das características inerentes ao período da infância e sua relação com a aprendizagem de línguas para a formação inicial do professor. Metodologias e abordagens para o ensino de línguas (materna e/ou estrangeiras) nessa faixa etária.

Bibliografia Básica

ASSIS-PETERSON, A. A.; GONÇALVES, M. O. C. Qual é a melhor idade para aprender Línguas? Mitos e Fatos. *Contexturas- Ensino Crítico de Língua Inglesa*, v. 5, pp. 11-27, 2000/2001.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf. O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, n. 2, pp. 273-319, 2007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000200005>>.

TONELLI, J. R. A.; RAMOS, S. G. M. *O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições*. Londrina: Moriá, 2007.

TONELLI, J. R. A.; PÁDUA, L. S.; OLIVEIRA, T. R R. *Ensino e formação de professores de línguas estrangeiras para crianças no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2017

DISCIPLINA:	Perspectivas Contemporâneas em Estudos Curriculares e a Formação de Professores		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Conceituação de currículo. Perspectivas teóricas em estudos curriculares. Aspectos pós-críticos em estudos curriculares. Estudos curriculares e a formação de professores.			
Bibliografia Básica ARROYO, M. G. <i>Currículo, território em disputa</i> . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. LOPES, A. C.; MACEDO, E (orgs.). <i>Teorias de currículo</i> . São Paulo: Cortez, 2012. MOREIRA, A. F. B. <i>Currículo na contemporaneidade</i> . São Paulo: Cortez, 2012. _____; SILVA, T. T. (orgs.) <i>Currículo, cultura e sociedade</i> . 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011. PINAR, W. F. <i>Estudos curriculares: ensaios selecionados</i> . Lopes, A. C.; Macedo, E. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2016. SACRISTÁN, J. G. (org.) <i>Saberes e incertezas sobre o currículo</i> . Porto Alegre: Penso, 2013. SILVA, T. T. <i>Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo</i> . 7 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007			

DISCIPLINA:	Aplicativos Para Uso em Sala de Aula		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Conceitos e teorias sobre uso de tecnologias para fins didáticos. Conhecimento e utilização de aplicativos para uso em sala de aula. Práticas de construção de atividades nos aplicativos.			
Bibliografia Básica ARAÚJO, J.; LEFFA, V.; <i>Redes sociais e ensino de línguas. O que temos de aprender?</i> São			

Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ROJO, R.; MOURA, E.; *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ZANCHETTA JUNIOR, J. *Como usar a internet em sala de aula*. Editora Contexto, 2014

Optativas ofertas pelo curso Pedagogia

DISCIPLINA:	Educação sexual na escola		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Sexualidade e Educação Sexual no contexto da educação brasileira. Desenvolvimento e manifestações da sexualidade da criança. Educação Sexual na educação básica. Seleção de materiais didáticos.			
Bibliografia Básica FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. <i>Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível</i> . 2 ed. Londrina, PR: Eduel, 2014. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. <i>Educação Sexual no dia a dia</i> . Londrina, PR: Eduel, 2013. NUNES, Cesar. e SILVA, Edna. <i>A Educação Sexual da criança</i> . 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.			

DISCIPLINA:	Construção da Autonomia Moral: Cooperação e Educação Democrática		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Desenvolvimento da autonomia moral e implicações para uma educação pautada em princípios democráticos, sob a perspectiva construtivista. Estudo de pesquisas sobre violência, conflitos, indisciplina e bullying no ambiente escolar. Construção de estratégias de negociação nas situações de conflitos interpessoais			
Bibliografia Básica DELVAL, Juan. <i>A escola possível: democracia, participação e autonomia</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. PIAGET, J. <i>O Juízo Moral na criança</i> . Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. KOHLEBERG, L. <i>Psicología del desarrollo moral</i> . Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.			

DISCIPLINA:	Processos de Avaliação e seus Instrumentos		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estudo da avaliação do processo de aprendizagem como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento pedagógico. Análise e elaboração dos diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem

Bibliografia Básica

ANTUNES, Celso. *A avaliação da aprendizagem escolar*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOFFMAN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. Mediação Editora. 2014.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DISCIPLINA:	Universidade e Sociedade		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Conceitos de Sociedade, Conhecimento e Educação. As instituições sociais. História da Universidade. A Universidade no Brasil. Intelectuais da Educação e a Universidade. Relação entre universidade e desenvolvimento social. Ensino, pesquisa, extensão e cultura e o compromisso social das universidades. As políticas públicas para a educação superior.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>CUNHA, Luiz Antônio. <i>A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas</i>. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UNESP, 2007.</p>			
<p>FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. <i>Universidade e poder</i>. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.</p>			
<p>TEIXEIRA, Anísio. <i>A universidade de ontem e de hoje</i>. Organização e introdução: Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.</p>			

DISCIPLINA:	Intelectuais da Educação e Pensamento Social Brasileiro		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Introdução ao pensamento social brasileiro. Conceito de intelectual. Intelectuais da Educação. Intelectuais brasileiros e sua atuação no cenário educacional do Brasil.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. <i>Usos e abusos da história oral</i>. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p>			
<p>GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.</p>			
<p>SAID, Edward. <i>Representações do intelectual</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p>			

Optativas ofertadas pelo curso Matemática

DISCIPLINA:	Estatística Aplicada à Pesquisa Científica		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Amostragem e Coleta de dados. Utilização do Excel para resumo e filtragem de dados de pesquisa. Gráficos e tabelas. Dados discretos e dados contínuos. Medidas centralizadoras e de dispersão. Inferências a partir de dados de pesquisa.			
Bibliografia Básica			
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. <i>Estatística Básica</i> . 5. ed. São Paulo: Atual, 2002			
MEYER, P. L.; <i>Probabilidade, aplicações à estatística</i> . 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.			
SPIEGEL, M. R. 1. <i>Estatística</i> . 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1993.			
FONSECA, J. S. ; MARTINS, G. A. <i>Curso de Estatística</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
LAPPONI, J. C. <i>Estatística usando o Excel</i> . 7. ed. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2005.			

DISCIPLINA:	Raciocínio Lógico		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Proposições e conectivos. Operações lógicas. Equivalência Lógica e Implicação Lógica. Álgebra, sentenças e quantificadores. Resolução de problemas envolvendo Raciocínio Lógico. Análise de enunciados			
Bibliografia Básica			
ALENCAR FILHO, E. <i>Iniciação à lógica matemática</i> . São Paulo: Nobel. 1995.			
MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da Cunha. <i>Lógica e Linguagem Cotidiana</i> . 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.			
SÉRATES, Jonofon. <i>Raciocínio Lógico</i> . São Paulo. Vol. 1 e 2. 2000.			

DISCIPLINA:	Mídias Sociais e Educação		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

O que são mídias sociais. Construção e administração de Grupos em softwares sociais. Produção de Blogs. Produção de vídeo-aulas para Youtube. Produção e gerenciamento de uma disciplina via Moodle.

Bibliografia Básica

BARRABÁSI, A.-L. *Linked: A nova ciência dos networks*. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.

FILATRO, A. *Design instrucional na prática*. São Paulo: Pearson, 2008.

ZANCHETTA JUNIOR, J. *Como usar a internet em sala de aula*. Editora Contexto, 2014.

DISCIPLINA:	Produção de Objetos no Scratch		
C/H TOTAL:	60 h		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Introdução ao Scratch, objetos, variáveis, funções. Produção de animações. Produção de objetos interativos.			
Bibliografia Básica			
FILATRO, A. <i>Design instrucional na prática</i> . São Paulo: Pearson, 2008.			
SALEN, Katie; Zimmerman, Eric. <i>Regras do Jogo</i> . Vol. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Blucher, 2012.			
MARJI, Majed. <i>Aprenda a programar com Scratch: uma introdução visual à programação com jogos, arte, ciência e matemática</i> . São Paulo: Novatec, 2014.			

10.2 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes e estão inseridas no contexto deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como umas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) e ainda como uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo a orientação da Pró-Reitoria de Graduação da Unespar, as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas.

A escolha das disciplinas extracurriculares ficará ao desígnio do estudante, desde que elas estejam no rol daquelas ofertadas a partir de normativas e regulamentos estabelecidos pela Unespar.

10.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular (APCC) permeará todo o currículo do curso de Letras-Português, sendo 560 horas distribuídas entre as disciplinas ofertadas em todas as séries de maneira a complementar a formação do professor ao aliar teoria e prática em sala de aula.

Ao aliar teoria e prática em sala de aula, serão desenvolvidas atividades que facilitem a compreensão do contexto escolar e sua diversidade no trato com o conhecimento e sua assimilação e sendo assim as PCCs têm como finalidade:

- Proporcionar crescimento profissional aos alunos tornando-os habilitados para o exercício da profissão partícipes do grupo profissional e conscientes de suas responsabilidades profissionais;
- Motivar a construção de valores éticos como base para o caminho da cidadania;
- Tornar o aluno um elo entre a IES e as instituições de ensino escolar de modo a possibilitar um fluxo de constante revisão entre a formação acadêmica e a formação profissional;
- Possibilitar ao futuro docente a reflexão, seleção e priorização de situações-problema reais sob orientação segura e cuidadosa para aprofundamento teórico da prática educativa numa tentativa de melhoria qualitativa dessa prática;
- Possibilitar a vivência real e objetiva da futura profissão junto às instituições de ensino em diversos contextos e situações: pública, privada, de centro e de periferias;
- Propiciar aos alunos a participação em projetos interdisciplinares ampliando a compreensão e o conhecimento da realidade profissional de ensinar;
- Fornecer sólida fundamentação teórica que possibilite ao aluno analisar criticamente a prática pedagógica das instituições escolares e posteriormente ter elementos teórico/práticos para analisar a sua própria prática pedagógica;

- Possibilitar aos alunos a reflexão teórica sobre a prática para a consolidação da formação;
- Visualizar o pluralismo das diversas instituições sem restrições radicais ou de “modismos”, mas com a percepção da riqueza do conjunto das instituições;
- Desenvolver o senso analítico-crítico como base para o exercício do questionamento e da criatividade.

10.4 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES – AAC

Em conformidade com o art. 52 do Regimento da Unespar, as AAC são um conjunto de atividades didático-pedagógicas que complementam a **formação social e profissional** do(a) estudante. Essas atividades correspondem a um componente curricular obrigatório.

O cumprimento das AAC ao longo do curso de Letras Português obedece a critérios próprios, normatizados por regulamento que segue em anexo a este projeto pedagógico. O regulamento basicamente especifica as atividades consideradas pertinentes conforme proposição e aprovação para que elas sejam incorporadas nos históricos escolares dos (as) estudantes.

De modo geral, as Atividades Acadêmicas Complementares correspondem à participação do licenciando em monitoria acadêmica, projetos de ensino, projetos de pesquisa, disciplinas especiais, eventos (ouvinte) , estágios não obrigatórios, disciplinas eletivas, atividades artísticas.

As **disciplinas eletivas**, conforme especificação no regimento da universidade (art. 52), constituem uma das opções para cumprimento de AAC. São de livre escolha do estudante e poderão ser cumpridas mediante inscrição do aluno em disciplinas regulares de cursos e habilitações diversas ao de Licenciatura em Letras Português, dentre um rol previamente definido pelos Colegiados de Curso ofertantes. **Disciplinas eletivas não constam no rol de disciplinas curriculares deste Projeto Pedagógico e sua realização é de responsabilidade dos respectivos Colegiados ofertantes.**

10.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é um componente curricular que contempla um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem sócio-cultural e profissional desenvolvidas e aplicadas por professores em formação em duas instâncias: na instituição de ensino de formação superior na qual o estagiário está matriculado e na instituição/organização em que o acadêmico realizará o estágio. Entre as principais finalidades do estágio estão: a) oportunidade de correlacionar teoria e prática; b) preparação crítica do futuro profissional para a atuação no mercado de trabalho.

O estágio e as experiências práticas permitem ao professor em formação inicial didatizar conteúdos acadêmico-científicos, transpondo a teoria para a prática, em contextos reais de ensino e aprendizagem da língua materna. A reflexão dos conhecimentos científicos e práticos ocorre, principalmente, por meio das seguintes atividades do estágio: observações, caracterizações, elaboração de planos, projetos, relatórios, diários e vivências pedagógicas.

O Estágio Curricular Obrigatório consta na Lei 11.788/2008. Outras regulamentações a respeito das políticas de estágio no país podem ser encontradas nos documentos:

a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996) - Art. 82;

b) Lei nº 6.494 (07 de dezembro de 1977) organiza e estabelece critérios para os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do Ensino Médio e Supletivo;

c) Lei nº 8.859 (23 de março de 1994) altera dispositivos da Lei nº 6.494, ampliando o direito à participação nas práticas de estágio aos alunos de ensino especial.

No 2º ano do curso, temas relativos à organização escolar e às políticas públicas que engendram a escola e seu universo macro-social embasam as discussões para a imersão do licenciando no setor de gestão do campo de estágio.

Especificamente no 3º ano do curso, os professores em formação entram em contato com as séries finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano). Esse é o primeiro contato com a sala de aula e o acompanhamento das atividades permite observar se o licenciando assimilou os conhecimentos necessários à sua prática docente e avaliar se os procedimentos são condizentes com a docência nessa faixa etária.

No 4º ano do curso, os acadêmicos acompanham e vivenciam experiências didático-pedagógicas nas três séries do Ensino Médio (1º a 3º ano). É o segundo contato com a sala de aula em outro nível da educação básica, em que se espera do futuro professor maior

crescimento teórico-metodológico e uma postura mais analítica quanto: ao ensino da língua materna; às concepções de língua, gramática e ensino; às diretrizes político-educacionais; ao universo escolar; e à própria prática docente. Almeja-se, por conseguinte, a atuação reflexiva do licenciando nas atividades do estágio.

É por meio do acompanhamento rigoroso dessa disciplina que se constroem espaços de aprendizagem significava, à medida que as experiências são discutidas e teorizadas.

10.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme regulamento, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Português e deve ser desenvolvido no 3º ano do curso (no formato de projeto de pesquisa) e no 4º ano do curso (no formato de artigocientífico ou monografia). Ao longo deste processo, tanto no 3º quanto no 4º ano e com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso, o licenciando terá direito à orientação por parte de um docente orientador. De forma geral, o TCC visa propiciar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo como principais objetivos:

1. Desenvolver a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), à luz da prática vivenciada nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares oferecidos pelo curso;
2. Iniciar o discente na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
3. Formar a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Além do processo de produção escrita, seja do projeto de pesquisa ou do artigocientífico (ou monografia), outro instrumento de avaliação é a apresentação oral, com arguição, junto a uma banca avaliadora, em evento de pesquisa realizado pela Coordenação de Trabalho de Conclusão do Curso de Letras Português, intitulado de Seminário de Pesquisa em Letras.

11. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Nelvana Leuz de Oliveira Ferragini	Letras – UEL – 2004	Doutorado Estudos da Linguagem – UEL – 2015 Mestrado em Língua Portuguesa – UEL – 2011 Especialização em Língua Portuguesa – UEL - 2006	20h	40h – TIDE Adjunto C

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ana Paula Ferreira de Mendonça	Letras (UEL, 2005)	Doutorado em Estudos da Linguagem (UEL, 2013) Mestrado em Estudos da Linguagem (UEL, 2008)	40h – TIDE Adjunto B
Ana Paula Peron	Letras (UEM, 2002)	Doutorado em Linguística (Unicamp, 2016) Mestrado em Letras (UEM, 2007)	40h – TIDE Adjunto B
Juliana Carla Barbieri	Letras (UEM, 2007)	Mestrado em Linguística/ Descrição Linguística (UEM, 2010)	40h – TIDE Assistente C

Patrícia Josiane Tavares da CunhaFuza	Letras (UEM, 1999)	Doutorado em Letras (UEL, 2014) Mestrado em Letras (UEM, 2007)	40h – TIDE Adjunto
Rosimeiri Darc Cardoso	Letras (UEM, 2000)	Pós-Doutorado (UNESP/Marília, 2011) Doutorado em Letras (UNESP/Assis – 2007) Mestrado em Linguística Aplicada (UEM, 2002)	40h – TIDE Adjunto C

PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Ana Cláudia Freitas Pantoja	Letras (Unicesumar, 2016)	Especialização em História, Cultura e Literatura Afro-brasileira e Indígena (Unicesumar, 2018) Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA, 2006) Doutorado em Letras - Estudos Literários (UEL, 2014)	CRES 40h
Antonio Lemes Guerra Junio	Letras (UEL, 2008)	Especialização em Inovação e Tecnologias na Educação (UTFPR, 2019) Mestrado em Estudos da Linguagem (UEL, 2011) Doutorado em Estudos da Linguagem (UEL, 2015)	CRES 40h
Bruna Plath Furtado	Letras (UEM, 2011)	Doutorado em Letras (UEM, 2020) Mestrado em Letras (UEM, 2014)	CRES 40h

Carla Kühlewein	Letras (UEL,1998)	Doutorado em Literatura e Vida Social (Unesp, 2020) Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (Unesp/Assis,2004)	CRES 40h
Fabíola Grasielle Zappielo	Letras (Fafijan, 2001) Pedagogia (Unicentro, 2014) Letras Libras (Eficaz, 2018)	Especialização: Libras: Educação Bilíngue para surdos (Instituto Paranaense, 2009) Mestrado em Ensino: Formação Docente (UNESPAR, 2019)	CRES 40h
Joelma Castelo Bernardo da Silva	Bacharelado e licenciatura em Português-Literaturas – (UFRJ, 2011)	Mestrado em Língua Portuguesa (UFRJ, 211) Doutorado em Linguística Portuguesa (Universidade de Lisboa, 2016)	CRES 40h
Marcela de Oliveria Nunes	Ciências Sociais - UEL 2009	Mestrado em Educação (UEL, 2013) Doutorado em Educação (UEM, 2020)	CRES 40h
Marly Aparecida Fernandes	Letras (Unib-SP, 1995)	Doutorado-Linguística Aplicada (UNICAMP, 2016) Mestrado-Linguística Aplicada (UNICAMP, 2010) Especialização- Linguagem, Texto, Ensino (Unimep, 2005)	CRES 40h
Renan Luis Salerno	Letras (UEL, 2013)	Especialização em Educação e Tecnologia (UFSCAR - em andamento) Doutorado em Estudos da Linguagem (UEL, 2019) Mestrado em Estudos da Linguagem (UEL, 2015)	CRES 40h
Virgínia Maria Nuss	Letras português – (UEM, 2014) Pedagogia (FACIBRA, 2017)	Mestrado em Estudos Linguísticos (UEM, 2017) Doutorado em andamento – (UNESP / IBILCE - 2017 –	CRES 40h

		<p>2021)</p> <p>Especialização em Psicopedagogia (UNICSUL, 2018)</p> <p>Qualificação especial - segunda área de atuação - Estudos do Letramento (UNESP/IBILCE, 2018)</p> <p>Especialização em Filosofia e Sociologia (ISEIB, 2017)</p> <p>Especialização em Docência em Língua Portuguesa (ISEIB, 2017)</p>	
Thalita Gabriela Comar Charallo	<p>Licenciatura em Química (Unopar, 2012)</p> <p>Pedagogia (Dom Bosco, 2018)</p> <p>Letras Libras (Eficaz, 2020)</p>	<p>Doutorado em Andamento - Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEL, 2018 – 2022)</p> <p>Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (UTFPR, 2016)</p> <p>Especialização: Libras: Educação Bilíngue para surdos – (Instituto Paranaense, 2014)</p> <p>Especialização em Educação Especial (CTESOP, 2013)</p>	CRES 40h

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Especialistas: 0

Mestres: 4

Doutores: 13

11.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é regido pela Resolução N° 01 de 17 de junho de 2010, que normatiza a função e atribuições deste núcleo. O NDE é responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso e tem como

atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do conhecimento;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação (CONAES, 2010b)

Conforme Portaria 04/2020, o NDE do curso de Letras *campus* de Apucarana, é composto pelos seguintes docentes:

- Ana Paula Ferreira de Mendonça
- Ana Paula Peron
- Neluana Leuz de Oliveira Ferragini – Coordenadora do Curso e Presidente do NDE
- Rosimeiri Darc Cardoso
- Patrícia Josiane Tavares da Cunha

12. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

O *campus* da Unespar em Apucarana está localizado em um terreno de 42.767,29 m², sendo 9.497,97 m² construídos, abrigando salas de aula, instalações sanitárias, laboratórios de língua, de informática, de matemática e de práticas pedagógicas, brinquedoteca, salas de estudo e de convivência para professores, auditórios, quadra poliesportiva, biblioteca, Empresa Júnior, restaurante universitário, sala para coordenação de cursos, diretório acadêmico, salas destinadas aos centros de pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas e área administrativa.

As instalações do *campus* contam ainda com dois auditórios, denominados Gralha Azul, com capacidade para 480 pessoas e José Berton, com capacidade para 120 pessoas. Foi inaugurada, em abril de 2018, a sala de conferências Hérid Budian, antiga sala de reuniões que foi equipada com instrumentos videoconferência para possibilitar melhor interação entre os

campi da Unespar e ampliar as possibilidades de intercâmbio com outras instituições de ensino. Merece destaque a biblioteca, que possui um acervo entre 30 a 35 mil obras e está situada em local central do *campus* universitário, com fácil acesso para os usuários.

No que concerne às áreas de lazer e convivência, o *campus* de Apucarana dispõe de quadra poliesportiva e áreas diversas, onde os alunos podem compartilhar experiências, tais como o Diretório Acadêmico Estudantil e o refeitório. Há, também, um refeitório e sala com sofás e mesas para os docentes. Além disso, a biblioteca possui salas de estudo em grupos e sala de computadores disponibilizados aos alunos, assim como estações de estudo individuais.

Os equipamentos de atividades pedagógicas e administrativas estão assim distribuídos: sala com computadores para uso dos docentes, computadores e impressoras para técnicos administrativos e professores em funções administrativas. Além disso, há salas de permanência destinadas a todos os colegiados de curso, equipadas com computadores, mesas e cadeiras para recepcionar e orientar alunos. Os coordenadores de curso fazem uso da sala dos coordenadores, que possui estações de trabalho com computadores.

A divisão de graduação, a divisão de pesquisa, divisão de extensão e o controle acadêmico possuem espaços próprios, onde se encontram, também, todo material de informática e armários para arquivamento de pautas, projetos e documentos necessários para o funcionamento da universidade. O *campus* ainda conta com cozinha-piloto, espaço para fotocópias, cantina, guarita, banheiros em todos os blocos de salas de aulas e estacionamento para funcionários e estudantes.

Estão disponíveis à comunidade universitária quatro laboratórios de informática com cerca de 120 computadores, com acesso à internet. O curso de Letras Inglês conta com laboratório de práticas pedagógicas, compartilhado com os outros dois cursos de Letras do *campus* (Português e Espanhol). Nesse local, é possível encontrar material didático para as três licenciaturas, materiais elaborados pelos alunos em projetos e estágios, mesas, cadeiras e dois computadores. Outro espaço que pode ser utilizado pelos cursos de Letras são os laboratórios de línguas, equipados com cabines com computadores e fones de ouvido para uso dos alunos em disciplinas que requerem a prática oral da língua estudada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997/2003.

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem* [1929]. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e de estética: teoria do romance*. Trad. Aurora F. Bernardini et alii. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010

BRASIL. Decreto Federal nº 78.579/76. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1976.

_____. Constituição. *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Conselho Nacional de Educação. Decreto nº 22 de 09/02/1990. De *Reconhecimento do Curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1990.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Ensino Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena* Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a *Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CES 492, de 12 de dezembro de 2001. Institui *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CP 28/2001 de 18 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a *Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. *RESOLUÇÃO CNE/CP 001, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a *Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena*,

de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as *Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005. *Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002*, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE-PR nº 04/2006. Institui as *Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007, que dispõe sobre *Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula edá outras Providências*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da *Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

CAMPO MOURÃO. Lei municipal No. 26 de 24 de abril 1972. Dispõe da *Criação da Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão – FUNDESCAM, de direito privado*. Campo Mourão, 1972.

_____. Decreto nº 73.982/74. Dispõe da *Aprovação de Licenciatura de 1º Grau*. Campo Mourão, 1974.

CANDIDO, A. *Direitos Humanos e literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHAUÍ, M. *A Universidade Pública sob Nova Perspectiva*. In Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd. Minas Gerais, Poços de Caldas, Revista Brasileira de Educação. 2003.

CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia*, v.1: Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*. Nº 28 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2005

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 18, Rio de Janeiro, Set/Out/11nov/11dez, 2000

DUBOC, A. P. M. Avaliação da aprendizagem de línguas e os multiletramentos. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 26, n. 63, p. 664-687, São Paulo, set./dez. 2015

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: Uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS. Brasília: MEC/ SESU, 2006.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. Cascavel, Assoeste, 1984.

_____. *Portos de Passagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LIBÂNIO, José C. *Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, abr-jun 2015.

MARTINS, L. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. In PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F [et al]. *Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

MAGALHÃES, H.: Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: *ETD - Educação Temática Digital* 8 (2007), 2, pp. 168-175. Disponível em: < <http://nbnresolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-73594> >.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Ed. 28. Tradução de SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1873/1968/1982/2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINGUILI, M. da G.; CHAVES, A. J.; FORESTI, M. C. P. P. Universidade brasileira: visão histórica e papel social. In: *OFICINA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS*, 2007, Marília. [Anais...]. Marília: UNESP, 2007.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Decreto Estadual nº 398 de 27/04/87 para *institucionalização da FECILCAM*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual da Educação. Portaria Ministerial nº 70/83. Dispõe da *Conversão para Licenciatura Plena*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para *Criação da Unespar*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Diretrizes Curriculares da Educação*

Básica Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

_____. Conselho Estadual da Educação. Deliberação CEE/PR nº 04/2013: *Normas estaduais para a Educação Ambiental*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para *Credenciamento da UNESPAR*. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. *Decreto Estadual nº 9.538* de 5 de dezembro de 2013. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR nº 02/2015: *Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos*. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

OLIVEIRA, M. B. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: Loureiro, I. & DelMasso, M. C. (Org.). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 17-41.

PEREIRA, R. Acosta. *A orientação sociológica para a análise da língua: posições metodológicas nos escritos do Círculo de Bakhtin*. Letra Magna, v. 12, p. 01-20, 2016.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C.. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções In: *Revista Poiesis*. Volume 3, Números 3 e 4, pag.5-24, 2006.

PINTO, A V. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

QUEIROZ, Glória P. E SANTIAGO, Rosana B. Uma Pedagogia visando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão nos cursos universitários. *Enseñanza de las Ciencias*. Número Extra. Universidade Autònoma de Barcelona, 2005.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UNESPAR. *Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional*. Unespar, 2011.

_____. *Projeto Político Institucional* aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

VIGOTSKY, L. S. 1934. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra 2ª. Edição – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

ANEXO A

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS

TÍTULO I ESTÁGIO

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 1º O Estágio Supervisionado do Curso de Letras Português na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR é considerado um ato educativo, desenvolvido no ambiente escolar de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes e visa à formação profissional e humana.

Art. 2º O estágio, atividade essencial na formação profissional e humana do estudante universitário, tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país.

Art. 3º O estágio na UNESPAR poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, via programas e projetos devidamente aprovados pela IES (PIBID, Residência Pedagógica e outros programas institucionalizados que possam contribuir para a formação docente) poderão ser aproveitadas para o estágio curricular obrigatório, apenas sob anuência do Colegiado, que avaliará os casos existentes, considerando as especificidades de cada solicitação.

CAPÍTULO II OBJETIVOS E FINALIDADE

Art. 4º São objetivos do Estágio Supervisionado do Curso de Letras Português:

- I) propiciar o contato do licenciando com seu futuro contexto de atuação profissional;
- II) promover momentos de experiência da realidade escolar; pautados no espírito de investigação e atitude científica para a solução de problemas;

- III) oferecer espaço para reflexão do processo ensino-aprendizagem na educação básica como um ato político de compromisso e solidariedade; e
- IV) propiciar, numa dialética teórico-prática, o desenvolvimento, a aplicação e análise/reflexão de elaborações didáticas consoante o contexto sociocultural de cada unidade concedente do estágio.

Art. 5º O Estágio Supervisionado tem como finalidades:

- I) viabilizar aos estagiários a reflexão teórica sobre a prática;
- II) oportunizar aos estagiários o desenvolvimento de habilidades e posicionamentos necessários à ação docente;
- III) proporcionar aos estagiários o intercâmbio de informações e experiências concretas, de modo a prepará-los para o efetivo exercício da profissão; e
- IV) promover aos estagiários vivência real e objetiva junto às escolas de Ensino Fundamental e Médio, levando em consideração a diversidade de contexto sociocultural e físico da escola e dos alunos.

TÍTULO II ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

CAPÍTULO I CARGA HORÁRIA

Art. 6º A carga horária para o Estágio Supervisionado consta do Projeto Pedagógico e está prevista na matriz curricular. As quatrocentas (400) horas do estágio são divididas da seguinte forma:

2º ano - 100 horas: Estágio de Gestão;

3º ano - 150 horas: Estágio de Observação e Regência no Ensino Fundamental;

4º ano - 150 horas: Estágio de Observação e Regência no Ensino Médio.

Art. 7º Os acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão solicitar a redução da carga horária, **apenas para a modalidade convencional para as etapas de observação e de participação**. A redução na carga horária correspondente ao estágio de regência não será autorizada, visto ser momento avaliativo do estagiário. Uma vez aprovada a redução, o acadêmico não se isenta de participar das sessões reflexivas, dos encontros presenciais obrigatórios nas dependências da UNESPAR para a preparação do material, da elaboração e entrega dos relatórios finais e demais atividades propostas.

§ 1º Para fins de comprovação de atividade docente regular, será exigida a apresentação de carteira de trabalho e/ou contrato de trabalho e, também, declaração da instituição em que o acadêmico leciona, com a descrição da carga horária e das séries de atuação.

Art. 8º A redução da carga horária das atividades de regência do estágio será especificada no Manual de Estágio.

Art. 9º O estudante que, por alguma razão, não cumprir integralmente as horas de estágio determinadas para cada etapa deverá protocolar, via sistema, com reporte ao Coordenador de Estágio, um Relatório de Justificativa a ser avaliado pelo Colegiado de Curso, a quem competirá deliberar a respeito.

Art. 10º Os Estágios Supervisionados devem ser cumpridos dentro dos períodos letivos regulares.

Parágrafo único. A realização do estágio em época diferenciada pode ser aprovada de acordo com as necessidades do plano de estágio proposto, a juízo da Coordenação de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso.

CAPÍTULO II CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 11 O Estágio Supervisionado é obrigatório e deve ser realizado em estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio do Município de Apucarana ou por meio de cursos e/ou oficinas ofertados a alunos da Educação Básica (Fundamental II e Ensino Médio), sendo a maior parte da carga horária realizada em escolas públicas ou destinadas a alunos destas.

Parágrafo único. Quando o número de estagiários matriculados, da mesma cidade, for igual ou superior a 8 (oito), o estágio desses alunos poderá ser realizado na cidade de origem, desde que esta seja integrante do Núcleo Regional de Educação de Apucarana.

Art. 12 Para o desenvolvimento do estágio, são consideradas, pelo Coordenador de Estágio, em relação à entidade concedente:

- I) aceitação das condições de supervisão e avaliação do estágio;
- II) anuência e acatamento das normas disciplinares dos estágios; e
- III) celebração de convênio com a Universidade e de Termo de Compromisso com o aluno.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Art. 13 Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, celebrados entre a UNESPAR, a unidade concedente e o estudante.

Art. 14 Quando o campo de estágio se tratar de instituição de ensino (escola) envolvendo a realização do Estágio Obrigatório por mais de 01 (um) estagiário da UNESPAR, o Termo

de Compromisso e de Convênio poderá ser coletivo.

- Art. 15 O modelo de Termo de Compromisso a ser utilizado deve ser o disponibilizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD, a ser encaminhado pelo Coordenador de Estágio, no início de cada ano letivo.

Parágrafo único. O Termo de Compromisso será entregue no setor responsável pelos estágios no *campus* no qual o estudante está matriculado antes do início do estágio, conforme estipulado pelo Colegiado de Curso. Não será aceito o ingresso no campo de estágio sem a entrega do Termo de Compromisso.

- Art. 16 A definição do campo de estágio e do orientador deverá ser realizada no âmbito do Colegiado de Curso e informada aos alunos no início de cada ano letivo.

§ 1º O estudante deverá providenciar o Termo de Compromisso, e protocolar junto à Central de Estágios do *campus*.

§ 2º O responsável por assinar os Termos de Compromisso no *campus* é o Coordenador de Estágio ou, na inexistência ou falta dele, o Coordenador de Colegiado ou, na falta desse último, o Coordenador da Central de Estágios.

- Art. 17 O descumprimento do Art. 16 implica o indeferimento automático à solicitação de estágio, ainda que protocolada na Instituição.

Parágrafo único. Se indeferido o pedido de estágio, poderá o estudante protocolar outro pedido com as adequações necessárias, desde que dentro do período definido pelo Colegiado de Curso como necessário para o cumprimento das atividades e carga horária do estágio.

CAPÍTULO IV ATIVIDADES

- Art. 18 A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, acontece em três momentos:

- I) na Universidade - no estudo de concepções teórico-metodológicas e preparo das atividades de estágio;
- II) nos estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e/ou Médio, ou em outro campo de atuação, efetivando o estágio; e
- III) na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

- Art. 19 O Estágio Supervisionado ocorrerá, sempre que possível, da seguinte forma:

- I) o primeiro contato com a administração e o serviço de supervisão da escola dar-se-á por intermédio do Coordenador de Estágio, objetivando a coleta de informações relativas ao desenvolvimento das atividades, como número de turmas e período de funcionamento, entre outras informações necessárias;
- II) as informações obtidas deverão ser repassadas aos estagiários e subsidiarão o cronograma do estágio; e
- III) o Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido sob duas modalidades: convencional e não convencional:
 - a) por convencional entende-se o estágio executado conforme as etapas de observação, participação e direção de classe, no Ensino Fundamental e Médio; e
 - b) por não convencional compreende-se as atividades, de forma e tempos variados, que visam enriquecer a formação do licenciando, por meio de visitas, minicursos, oficinas, palestras, projetos, sessões reflexivas, entre outros.

Parágrafo único: a distribuição da carga horária para cumprimento dessas duas modalidades será flexível e adequada aos objetivos do Curso.

Art. 20 As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ser especificadas no Plano de Estágio previamente elaborado. Compete ao Supervisor de Estágio auxiliar o licenciando e assinar o Plano de Estágio.

Parágrafo único. Os itens que devem constar no Plano de Estágio são os especificados no modelo elaborado pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado.

Art. 21 A programação de estágio deve ser elaborada até o início de cada período letivo pelos Coordenadores de Estágios e aprovada pelo respectivo Colegiado de Curso.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS DA UNESPAR

Art. 22 No Curso de Letras Português, de acordo com as possibilidades de número de docentes, possuirá 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice-Coordenador de Estágio, eleito pelo Colegiado, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral e/ou atuando nas disciplinas de estágio.

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice-Coordenador de Estágio serão nomeados pela Direção do *Campus*, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º O Coordenador de Estágio deve ser docente lotado no Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso.

§ 3º Quando houver, o Vice-Coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágio

em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de Coordenador de Estágio, até que se realizem novas eleições.

CAPÍTULO I COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 23 A Coordenação de Estágio é realizada por um professor do Curso de Letras Português, eleito pela Coordenação de Curso.

Art. 24 A orientação e supervisão direta dos alunos nos estabelecimentos oficiais dos Ensinos Fundamental e Médio serão realizadas pelo Supervisor de Estágio (orientador), no 2º, 3º e 4º anos.

Parágrafo único. Somente podem auxiliar na orientação de estágio docentes do respectivo curso, respeitadas as suas áreas de formação e experiência profissional.

Art. 25 A orientação de estágio é desenvolvida diretamente pelo Supervisor de Estágio, por meio de acompanhamento do estagiário mediante observação e avaliação contínua das atividades na IES e nos campos de estágio, ao longo de todo o processo, desde sua elaboração até a redação do relatório final.

Art. 26 Compete ao Coordenador de Estágio:

- I) ministrar a disciplina de Estágio Supervisionado;
- II) manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu Curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais;
- III) propor minuta do Regulamento de Estágio, baseando-se no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento Geral de Estágios da UNESPAR, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e aprovação;
- IV) definir os campos de estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e possibilitar a inserção dos estudantes nesses espaços;
- V) convocar, sempre que necessárias, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos afins;
- VI) encaminhar ao Colegiado de Curso a programação dos estágios para atendimento; e
- VII) assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Obrigatórios.

Art. 27 Compete ao Supervisor de Estágio:

- I) participar da elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao estágio;
- II) participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e/ou Coordenador de Estágio, para elaboração do Regulamento de Estágio e assuntos afins, como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação;

- III) orientar a elaboração e assinar os Planos de Estágio, de acordo com o previsto em regulamento;
- IV) receber os relatórios circunstanciados dos Estágios Obrigatórios ou não Obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;
- V) orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- VI) avaliar os relatórios de estágio, quando previstos no Regulamento de Estágio do Curso e/ou no Termo de Compromisso no caso do Estágio Não Obrigatório;
- VII) visitar o local de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, de acordo com o tipo de orientação definida pelo Curso, visando verificar a pertinência da atividade desenvolvida com o que está previsto no Plano de Estágio e garantindo que a atividade seja vinculada à formação do estudante; e
- VIII) emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio e encaminhar ao Coordenador de Estágio e ao Coordenador de Curso para as providências institucionais necessárias.

Art. 28 Compete ao estagiário:

- I) observar os regulamentos e as exigências do campo de estágio;
- II) elaborar o Plano de Estágio sob orientação do Coordenador de Estágio;
- III) permanecer no local do estágio até o final do tempo regulamentado, obedecendo sempre aos horários previstos;
- IV) realizar as atividades previstas no Plano de Estágio, bem como manter um registro atualizado de todas elas;
- V) comunicar e justificar com antecedência, ao Supervisor de Campo e ao Supervisor de Estágio, sua ausência em atividade prevista no Plano de Estágio ou um atraso eventual;
- VI) repor as atividades previstas no Plano de Estágio, cuja justificativa de ausência tenha sido aceita pelo Supervisor de Campo, pelo Supervisor de Estágio e pelo Coordenador de Estágio;
- VII) participar das atividades determinadas pelo Coordenador de Estágio e/ou pelo Supervisor de Estágio;
- VIII) entregar ao Supervisor de Estágio, em data previamente fixada, os relatórios referentes a cada etapa do estágio;
- IX) manter, em todas as atividades desenvolvidas durante o estágio, uma atitude de ética conveniente ao desempenho profissional; e
- X) discutir com o Supervisor de Campo o planejamento e a execução das atividades propostas.

Art. 29 Compete ao Colegiado do Curso:

- I) emitir parecer sobre o Regulamento de Estágio e sobre o Manual de Estágio;
- II) aprovar, em cada período, a respectiva programação inicial referente ao Plano de Estágio e o relatório final das atividades do estágio curricular; e

- III) convocar reunião de Colegiado, sempre que necessário ou a pedido do Coordenador de Estágio, para discutir questões relativas a planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO II CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 30 O Estágio Supervisionado terá critérios de avaliação próprios, que serão definidos (quantitativamente) pelo Colegiado de Curso.

Art. 31 A avaliação do Estágio Supervisionado fica condicionada à observância dos seguintes aspectos:

- I) frequência e participação nas aulas e atividades referentes ao estágio;
- II) participação nos encontros da “Jornada de Estágio”;
- III) cumprimento satisfatório das tarefas;
- IV) prática de gestão ou prática docente, de acordo com o tipo de estágio (elaboração, condução e execução das atividades, oficinas, minicursos, etc.);
- V) preparação e apresentação de seminários;
- VI) outros tipos de trabalhos ou atividades;
- VII) entrega de documentação solicitada no prazo estabelecido; e
- VIII) provas escritas e/ou relatórios do estágio.

Art. 32 O aluno somente poderá iniciar seu estágio de regência após:

- I) protocolar todos os documentos obrigatórios ao início do estágio;
- II) entregar o planejamento ao Supervisor de Estágio com antecedência.

Art. 33 Poderão fazer parte da avaliação as observações feitas pelo professor regente de classe e pela equipe técnico-pedagógica do campo de estágio.

Art. 34 O acadêmico pode ser afastado do Estágio Supervisionado, pelo Supervisor de Estágio, se sua atuação oferecer prejuízo ao funcionamento da escola, no caso do estágio de gestão, ou à aprendizagem dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio, no caso dos estágios de regência.

§ 1º O Supervisor de Estágio deve apresentar, por escrito, ao Coordenador de Estágio a decisão do afastamento, com visto do responsável pelo campo de estágio;

§ 2º O aluno estagiário afastado deverá refazer o estágio em novo período e, se o problema persistir, o estágio deve ser interrompido definitivamente;

§ 3º O aluno estagiário, mesmo afastado, deve ser avaliado.

- Art. 35 Tendo em vista as especificidades didático-pedagógicas da disciplina, caso o licenciando não atinja a média anual 7,0 (sete), não haverá, para o estagiário, nova oportunidade de estágio, revisão de avaliação e realização de exame final, bem como não lhe será permitido cursá-la concomitantemente com outra disciplina de estágio. O acadêmico que não for aprovado cursará novamente a disciplina no período letivo seguinte, devendo ser cumpridas novamente todas as atividades previstas.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 36 Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de Estágio, ouvido o Colegiado do Curso, e as demais partes envolvidas, em concordância com o que dispõe o Regulamento Geral dos Estágios, na UNESPAR, *Campus Apucarana*.
- Art. 37 A UNESPAR deverá adquirir apólice de seguro coletivo para os estagiários, no início de cada período letivo.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Curso o encaminhamento da relação nominal dos alunos matriculados no Estágio Supervisionado, com objetivo de atender ao disposto no “caput” deste artigo.

ANEXO B

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DA CONCEITUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no formato de artigo ou de monografia, é componente curricular obrigatório do Curso de Letras Português e deve ser desenvolvido ao longo dos dois últimos anos da graduação, com base nos conhecimentos adquiridos, pelo acadêmico, durante o curso.

Art. 2º - O (TCC) tem por objetivos:

- a) Desenvolver, no acadêmico, a habilidade de produzir um trabalho científico (desenvolver pesquisa), seja à luz da prática vivenciada nas atividades do Estágio Curricular Supervisionado e/ou dos conceitos adquiridos nos demais componentes curriculares (disciplinas) oferecidos pelo Curso;
- b) Iniciar o aluno na prática do desenvolvimento da pesquisa científica, preparando-o para o ingresso em cursos de pós-graduação que venham a permitir o aprofundamento dos tópicos apresentados no curso de graduação;
- c) Formar, no aluno, a disposição para a construção do conhecimento, amparada na interrogação de base científica, a fim de que possa alcançar efetiva autonomia intelectual.

Art. 3º - O TCC constitui um trabalho de natureza científica, de caráter dissertativo, vertido na normaculta da língua portuguesa, e deverá observar as seguintes orientações:

§ 1º - O TCC, no formato de artigo ou monografia, deverá eleger um (e apenas um) problema e/ou questão de pesquisa. Acerca dessa problemática, o autor deverá dissertar com propriedade científico-analítica, explicitando no corpo do texto:

- a) A contextualização do tema;
- b) O problema/hipótese(s) sob investigação e/ou questão de pesquisa;
- c) Os objetivos do trabalho;
- d) O corpus analítico, bem como o modo pelo qual se deu a coleta;
- e) A revisão bibliográfica;
- f) A metodologia e a vertente teórica escolhidas para a verificação do problema;
- g) Os resultados da aplicação da metodologia e da teoria escolhidas;
- h) A interpretação dos dados de acordo com o referencial teórico-metodológico;
- i) As conclusões a que chegou a partir daquele trabalho e sua pertinência para os estudos na área

§ 2º - O texto científico deverá primar pela objetividade; pelo uso adequado do vocabulário e da terminologia técnica; pelo fornecimento de provas, contraprovas e outras evidências que possam confirmar ou invalidar as proposições analisadas; pela recuperação dos referenciais

teóricos a partir dos quais o problema se constitui e dentro dos quais pode encontrar solução; pela discussão aprofundada e sistemática da(s) hipótese(s) e/ou questão(ões) proposta(s) e também pela análise e interpretação dos dados obtidos para fins de investigação.

§ 3º - Em um trabalho de conclusão de curso de graduação, não se espera, necessariamente, originalidade na escolha do problema ou na definição das hipóteses a serem verificadas ou da metodologia a ser utilizada. No entanto, o TCC deve constituir, necessariamente, um texto autêntico, inédito, com características próprias, tendo em vista que quaisquer indícios de plágio acarretarão não apenas a reprovação do acadêmico, como também sua sujeição aos rigores da Lei.

Parágrafo único: Projetos deverão ser desenvolvidos entre 8 e 15 páginas, incluindo referências; artigos deverão ser redigidos no limite de 15 a 25 páginas, também incluindo as referências; monografias, por sua vez, deverão ter de 40 a 60 páginas, incluindo igualmente as referências. Os trabalhos deverão seguir as regras dos modelos específicos encaminhados, em momento oportuno, pela Coordenação de TCC, aos acadêmicos e aos orientadores.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O desenvolvimento do TCC será acompanhado por um professor-orientador, preferencialmente dos cursos de Letras, e necessariamente do *campus* de Apucarana, sejam eles efetivos ou não, em sessões de orientação definidas em comum acordo entre orientado e orientando, seja na modalidade presencial ou digital (e-mails, mensagens em plataformas de comunicação instantânea e outras), sempre respeitadas as necessidades do acadêmico e também as do orientador.

§ 1º - Caso o acadêmico deseje ser orientado por um professor de outro curso, no mesmo campus, poderá solicitar a orientação deste, mediante contato prévio do acadêmico com o professor, sua aceitação expressa por escrito, e posterior aprovação do Colegiado de Letras acerca da orientação, recebida via protocolo.

§ 2º - No caso de o acadêmico ter sido orientado, no projeto, por um professor que venha a deixar a instituição, ambos podem, de comum acordo – e tendo observado o estabelecido no parágrafo anterior – prosseguirem na realização do TCC, desde que isso não ocasione problemas relativos à carga horária para o Curso de Letras Português deste campus.

§ 3º - Não é possível, seja para Projetos e/ou Trabalhos de Conclusão de Curso, a prática de coorientação.

§ 4º - Os trabalhos deverão ser realizados individualmente.

§ 5º - Acadêmicos e orientadores poderão solicitar mudança de orientador e/ou orientando uma única vez ao longo do processo de orientação. A solicitação deve ser encaminhada via protocolo, deve ser circunstanciada pelo autor do pedido e será analisada pela Coordenação de TCC,

juntamente com o Colegiado de Letras Português.

Art. 5º - O TCC deverá ser desenvolvido, necessariamente, dentro de uma das linhas de pesquisa definidas pelo professor-orientador.

§ 1 – A escolha dos orientadores – e, conseqüentemente, da linha de pesquisa a ser adotada no trabalho – será feita por meio de um edital específico para tanto, no qual os acadêmicos, no terceiro ano, poderão indicar a área com a qual se identificam para a realização do Projeto.

§ 2 – É permitido que os acadêmicos entrem em contato prévio com os orientadores para verificar a disponibilidade de vagas e a linha de pesquisa.

§ 3 – Há que se respeitar o limite de vagas oferecidas pelos orientadores a cada ano (pode haver número distinto de vagas ofertadas anualmente entre os professores, dadas questões de carga horária).

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO DOS TCCs E DOS PROJETOS DE PESQUISA

Art 6º – Os TCCs serão avaliados pelo orientador e por mais dois professores examinadores (sendo ao menos um deles pertencente ao quadro docente do Colegiado de Letras Português), indicados pelo professor-orientador. O processo de avaliação se dará em quatro etapas:

- a) Análise do texto escrito pela banca avaliadora, com emissão de parecer por escrito;
- b) Defesa oral pública, a ocorrer durante o Seminário de Pesquisa em Letras;
- c) Arguição pela banca examinadora; e
- d) Apreciação do orientador quanto ao desenvolvimento global do acadêmico e seu comprometimento com a pesquisa ao longo do ano letivo.

Art. 7º – Os projetos serão avaliados pelo orientador e por um professor parecerista (pertencente ou não ao Colegiado de Letras Português) indicado pelo orientador. O processo de avaliação acontecerá em três etapas:

- a) Análise do texto escrito pela banca avaliadora, com emissão de parecer por escrito;
- b) Apresentação (com arguição) em sessão pública, previamente organizada para isso (que ocorrerá como parte da programação do Seminário de Pesquisa em Letras), na presença dos demais acadêmicos do curso e dos professores do Colegiado; e
- c) Apreciação do orientador e do professor da disciplina quanto ao desenvolvimento global do acadêmico e seu comprometimento com a pesquisa ao longo do ano letivo.

Art. 8º – Para que o trabalho (Projeto ou TCC) seja encaminhado para avaliação e defesa e/ou apresentação pública no Seminário de Pesquisa em Letras, o acadêmico deverá apresentar, no momento da entrega do trabalho, a autorização de seu orientador (Anexo 1) quanto à aptidão do trabalho e/ou do acadêmico. Caso o orientador não esteja de acordo quanto à possibilidade de o trabalho ser avaliado e defendido, o trabalho não será inserido na programação do Seminário,

ficando sua apreciação pela banca, dessa forma, para o ano seguinte, mediante nova elaboração, reformulação e/ou ajustes necessários indicados pelo orientador.

Art. 9º – Acerca da avaliação e pontuação do TCC e dos Projetos de Pesquisa, considere-se o seguinte:

§ 1 – O orientador e o(s) parecerista(s) atribuirão, ao trabalho desenvolvido, nota de 0 (zero) a 8,0 (oito) pontos, segundo os critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso e apresentados, previamente, aos avaliadores e aos acadêmicos, em formulário próprio. A soma dessas avaliações será dividida pelo número de avaliadores (2 para Projetos e 3 para Trabalhos de Conclusão), obtendo-se a nota pela média aritmética simples das avaliações.

- a) No caso de TCC, os 2,0 (dois) pontos restantes serão atribuídos unicamente pelo orientador, levando-se em consideração o descrito no art. 6º, alínea “d” e somados à nota anterior (Anexo 2).
- b) No caso de Projetos de Pesquisa, os 2,0 (dois) pontos restantes consistirão na média das notas atribuídos pelo orientador e pelo professor da disciplina, levando-se em consideração o descrito no art. 6º, alínea “d”, e somados à nota anterior (Anexo 3).

§ 2 – Os pareceristas entregarão ao acadêmico no momento da defesa do TCC ou do Projeto:

- a) O parecer circunstanciado da avaliação realizada (Anexos 4 e 5).
- b) A cópia impressa (ou digitalizada) do trabalho, com as possíveis anotações de leitura do parecerista, para posteriores ajustes pelo acadêmico.

§ 3 – A nota será atribuída somente ao final das disciplinas (Pesquisa em Letras I e II), repetindo-se, para cada bimestre, a nota obtida no Trabalho de Conclusão de Curso ou no Projeto de Pesquisa.

§ 4 – Após o Seminário de Pesquisa, a coordenação de TCC estabelecerá um prazo para que as versões finais dos trabalhos sejam encaminhadas, em formato digital, à professora da disciplina, que, somente após o recebimento desta versão final, lançará as notas atribuídas no momento da defesa e segundo os formulários dos Anexos 2 e 3.

Parágrafo único: esses ajustes realizados após a defesa pública não alteram a nota obtida pelo acadêmico em sua defesa, sendo somente para que os trabalhos fiquem adequados para arquivamento (no caso de TCCs) e desenvolvimento (no caso de Projetos).

Art. 10 – Será considerado aprovado o aluno cujo TCC ou Projeto de Pesquisa alcançar, na média final, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

Art. 11 – Será considerado reprovado, sem direito à revisão do texto ou a qualquer outra forma de recuperação, o aluno cujo TCC ou Projeto de Pesquisa:

- a) Não for entregue no prazo estipulado pela Coordenação de TCC;
- b) Não alcançar, na média dos avaliadores, nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos;
- c) Constituir plágio, ou seja, exercício predominante de colagem e/ou paráfrase de textos produzidos por outros autores sem a devida referência.

Parágrafo único: Será reprovado também o acadêmico que faltar, sem justificativa legal (atestado médico ou de óbito de familiares de primeiro grau), no dia previamente estabelecido para a sua defesa pública.

Art. 12 – Não são previstos exames finais para as disciplinas de Pesquisa em Letras I e II.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13 - São atribuições do coordenador de TCC:

- a) Publicar edital para abertura de inscrições (com indicação do conjunto dos professores-orientadores e suas linhas de pesquisa);
- b) Recolher as inscrições com a indicação da área de interesse do acadêmico e com carta de intenções de pesquisa (Anexo 6);
- c) Processar as inscrições (com a formação dos grupos e, sempre que pertinente, realização de seleção e remanejamento de alunos);
- d) Divulgar os resultados da seleção.
- e) Promover reuniões periódicas entre o conjunto de professores-orientadores para avaliação das atividades;
- f) Analisar e deliberar sobre requerimentos referentes ao TCC e ao Projeto;
- g) Estabelecer e fazer cumprir o calendário das atividades de TCC;
- h) Organizar o processo de avaliação dos TCCs e dos Projetos de Pesquisa, bem como o Seminário de Pesquisa em Letras, em formato de evento de extensão, segundo regulamento próprio;
- i) Estabelecer e encaminhar, anualmente, arquivos-modelos de Projetos, de Artigos e de Monografias para orientadores e acadêmicos.

Art. 14 - São atribuições do professor-orientador:

- a) Dar suporte aos trabalhos desenvolvidos pelos alunos sob sua orientação;
- b) Elaborar, em comum acordo com os alunos sob sua orientação, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;
- c) Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- d) Avaliar as etapas parcial e final de desenvolvimento dos trabalhos;
- e) Atender seus orientandos nos horários estipulados, registrando anotações sobre o desenvolvimento do trabalho;

Art 15 - São atribuições do orientando:

- a) Comparecer e participar das sessões de orientação nas datas agendadas e avisar ao orientador quando ocorrerem possíveis imprevistos que impeçam seu comparecimento, de modo que seja agendada nova sessão de orientação;
- b) Informar seu orientador acerca do desenvolvimento de seu trabalho;
- c) Participar das atividades comuns programadas pela Coordenação de TCC;
- d) Elaborar, em comum acordo com o orientador, os planos de pesquisa e o calendário de atendimento;
- e) Realizar as atividades relativas ao desenvolvimento do TCC, conforme orientações recebidas;

- f) Cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC e pelo orientador de TCC.
- g) Apresentar publicamente seu trabalho (Projeto ou Artigo) no Seminário de Pesquisa em Letras, promovido pela Coordenação de TCC.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 16º - Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Coordenador de TCC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião(ões) previamente agendada(s); as decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 17 – Este regulamento passa a vigorar no ano letivo de 2021.

ANEXO C

REGULAMENTO DE ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR (AAC) para os cursos de Letras da UNESPAR / APUCARANA

Do Objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º O objetivo das Atividades Acadêmicas Complementares - AAC é o enriquecimento da formação do aluno de Licenciatura em Letras, por meio da vivência em distintos campos do conhecimento, afins à Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Literaturas e Educação, permitindo formação sólida e ampla do futuro profissional.

Do Requisito para Colação de Grau

Art. 2º O cumprimento de 200 horas em AAC é um dos requisitos para a colação de grau, que deverá ser obtido ao longo da vida acadêmica do discente, na UNESPAR/APUCARANA ou em outra IES, reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Dos Objetos das Atividades Complementares

Art. 3º Sendo complementares à formação básica do aluno, as AAC devem ter como objeto disciplinas, temas ou atividades que não constem da grade curricular do Curso de Letras.

Art. 4º A carga de 200 horas de AAC deverá ser cumprida segundo práticas previstas neste regulamento, desde que previamente homologadas pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 5º Deve-se ter em conta a conexão mínima de conteúdo da atividade com o Curso de Letras, bem como sua relevância para o processo de formação profissional.

São consideradas AAC, dentre outras:

1. Participação em programas de pesquisa;
2. Realização de monitoria
3. Participação em instâncias acadêmico-administrativas da UNESPAR/APUCARANA: representante discente no Conselho departamental ou colegiado de curso, representante de turma; membro/presidente de centro acadêmico
4. Participação em eventos científicos, como ouvinte
5. Participação em comissões de organização de eventos científicos;
6. Participação em cursos ofertados pela instituição ou por outras IES e organizações;
7. Participação e aprovação em disciplinas especiais ou eletivas de cursos da Instituição além da carga horária obrigatória nas disciplinas ofertadas pelo curso;
8. Participação e aprovação em disciplinas de cursos em outras Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC;

9. Publicações científicas, literárias e culturais;
10. Comunicações científicas;
11. Classificação em concursos (científicos, literários e culturais) durante a vigência do curso;
12. Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso;
13. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica;
14. Cursos de Línguas e Informática.

Parágrafo único: Outras atividades não previstas neste artigo serão analisadas pelo Colegiado do Curso.

Do Aproveitamento e Cômputo das AAC

Art. 6º O aluno, ao longo da sua formação no curso de Curso de Letras, deve realizar atividades, necessariamente, em, pelo menos, 3 (três) Grupos de AAC, sendo até 120 (cem e vinte) horas em atividades de extensão, independentemente de já ter atingido as 200 horas exigidas.

Art. 7º. As horas de Atividades Complementares realizadas pelo aluno são computadas dentro dos seguintes limites máximos:

Grupos de Atividades Complementares
Grupo 1 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Participação em programas/projetos de pesquisa e iniciação científica
Grupo 2 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Realização de monitoria, até 50% da carga horária anual (90 horas máximo) Participação em comissões de organização de seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios Cursos de Língua Portuguesa, de Formação Docente e da Educação
Grupo 3 – Limite máximo para cômputo: 80 horas
Publicações científicas (20 horas por publicação).
Comunicações científicas (5 horas por comunicação).
Classificação em concursos de monografias (5 horas por monografia).
Grupo 4 – Limite máximo para cômputo: 25 horas
Cursos de Informática. Cursos de outras línguas (Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, etc.)
Grupo 5 – Limite máximo para cômputo: 120 horas

Participação como ouvinte em seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios. (máximo de 40 horas por ano)
Grupo 6 – Limite máximo para cômputo: 50 horas
Participação em cursos de extensão como ouvinte.
Grupo 7 – Limite máximo para cômputo: 100 horas
Aprovação em disciplinas de outros cursos da Instituição e de outras instituições de ensino superior reconhecidas. Estágios extracurriculares em áreas específicas dos cursos. Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica Estágios Voluntários.
Grupo 8 – Limite máximo para cômputo: 20 horas
Representante discente no Conselho Departamental ou Colegiado de Curso Representante de turma Membro/presidente de centro acadêmico

Art. 8º. Exigem-se para o aproveitamento das Atividades Complementares:

Atividade Complementar	Prova exigida
Participação em congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação
Participação em comissão de organização de congressos, seminários, conferências, palestras	Certificado de participação com carga horária
Cursos	Certificado de participação, frequência e aproveitamento
Disciplinas cursadas em outros cursos	Aprovação comprovada da disciplina
Exercício de monitoria	Relatório final do professor orientador
Participação em pesquisa institucional	Relatório do professor orientador
Realização de estágios extracurriculares	Certificado de participação com carga horária
Artigos publicados	Publicação ou aceite
Comunicação científica	Certificado de apresentação de comunicação e resumo aprovado

Classificação em concursos de monografia	Monografia elaborada e atestado de classificação
Estágios extracurriculares em áreas específicas do respectivo curso.	Certificado de participação e relatório
Viagens ao Brasil ou ao exterior com propósitos explícitos de complementação acadêmica	Certificado de participação e relatório do (a) acadêmico (a)
Representante de turma	Declaração emitida pelo Coordenador de Curso
Representante discente no Colegiado do Curso	Portaria / Declaração emitida pelo presidente do grupo (Coordenador de Curso)
Representante discente no Conselho Departamental	Declaração emitida pelo presidente do grupo (diretor)
Membro/presidente de centro acadêmico	Declaração emitida pelo presidente do centro
Estágios Voluntários	Certificados de cumprimento e relatório.
Cursos de línguas e Informática	Certificado de frequência e aproveitamento.

Art. 9º. As cargas horárias definidas nos respectivos certificados, diplomas ou certidões não representam necessariamente a carga horária atribuída como aproveitamento para a atividade realizada pelo aluno. O cômputo estará a juízo do Colegiado do Curso de Letras.

Art. 10. As cargas horárias das Atividades Complementares são assim computadas respeitando o limite máximo para cômputo:

Atividade Complementar	Aproveitamento
Se relacionada a disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada,
Se relacionada a disciplinas que o aluno cursa no momento da realização da atividade.	100 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade.	Até 50 % da carga horária indicada

Se relacionada a disciplinas que o aluno não cursou no momento da realização da atividade, mas em cuja área já trabalhou ou estagiou.	Até 50 % da carga horária indicada
Se relacionada a disciplinas que não fazem parte da grade curricular fixa do Curso Letras	Até 50% da carga horária indicada

Art. 11. A carga horária tem como unidade mínima de tempo de 60 (sessenta minutos). A atividade, que tiver duração inferior, poderá ser aproximada a esse valor.

Art. 12. Se a prova da Atividade Complementar não informar a respectiva carga horária, esta será estimada pelo Colegiado do Curso de Letras, a partir do tipo de atividade e do relatório feito pelo aluno.

Do Procedimento para o Cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias

Art. 13. O cômputo das AAC é realizado pelo Colegiado do Curso de Letras, mediante requerimento feito pelo aluno e protocolizado ao Coordenador de Curso.

§ 1º Será estabelecido pelo coordenador do curso uma data limite anual para o protocolo dos documentos probantes das atividades complementares.

§ 2º No momento do protocolo, deverão ser apresentados comprovantes originais (e uma cópia) das atividades objeto do requerimento, que serão analisados por um relator do Colegiado do Curso.

§ 3º O requerimento deve ser feito até o final do semestre seguinte à data da realização da AAC, sob pena de decurso de prazo.

§ 4º Caberá à Coordenação deferir ou não o requerimento.

§ 5º Uma vez deferido o pedido, a carga horária aprovada e referente à atividade complementar em questão será inserida no sistema através da Secretaria Acadêmica da UNESPAR/APUCARANA.

§ 6º O aluno que estiver no último ano do Curso deve fazer o requerimento no prazo estipulado pela Coordenação do Curso, sob pena de não ser avaliado para o período e consequente impossibilidade de colação de grau.

§ 7º O requerimento deve ser acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s), conforme disposto no artigo 11 deste Regulamento.

Art. 14 À medida que os (as) alunos (as) vão cumprindo as atividades válidas para AAC definidas neste regulamento, deverão elaborar os relatórios, anexando os respectivos comprovantes originais e cópias, para requerimento em conjunto das horas, mediante formulário específico a ser disponibilizado pela Coordenação de Curso.

Art. 15 O Colegiado analisará o pedido de conformidade com a presente Regulamentação e o aprovará, remetendo-o para registro.

Disposição Geral

Art. 16 É de responsabilidade do aluno a iniciativa, a realização e o gerenciamento das Atividades Acadêmicas Complementares Obrigatórias, que **deverá cumprir ao longo de seu curso de graduação na UNESPAR/APUCARANA**. O (a) aluno (a) poderá, com antecedência adequada, solicitar ao Colegiado, esclarecimento sobre a aceitabilidade ou não de alguma atividade, devendo para tanto trazer informações oficiais e seguras para orientar a resposta.

Art. 17 Os casos omissos a esta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Regulamento de Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) para o curso de Letras Português da UNESPAR / Apucarana

Dos objetivos das Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC)

Art. 1º - De acordo com a resolução 011/2015 – CEPE/UNESPAR, a Extensão Universitária consiste nas atividades acadêmicas que devem necessariamente oferecer um serviço à comunidade externa e contribuir para formação do acadêmico. Dessa forma, unem-se as pontas indissociáveis do tripé que sustenta a universidade - pesquisa, ensino e extensão, criando uma relação de reciprocidade entre os conhecimentos científicos e os saberes populares.

Art. 2º - As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) são componentes curriculares criadas na UNESPAR para atender a implementação obrigatória da curricularização da extensão nos cursos de graduação, determinada pelo MEC/CNE/CES (Resolução nº 7/2018), que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 13.005/2014. De acordo com a resolução nº 38 de 2020, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESPAR, as ACEC “são componentes curriculares, nas modalidades ‘disciplina’ ou ‘ação extensionista’, de cursos de Graduação e Pós-graduação, em que discentes e docentes da UNESPAR, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social” (Resolução nº 38/2020, CEPE/UNESPAR, p. 3).

Art. 3º - Em consonância com as orientações fornecidas pelas resoluções nº 011/2015 e nº 038/2020 - CEPE UNESPAR, que regem a Extensão Universitária na UNESPAR, o PPC, o regulamento de Estágio e o regulamento de Atividade Acadêmica Complementar do curso de Letras Português da UNESPAR, campus Apucarana, o presente regulamento pretende garantir aos alunos desse curso o pleno acesso às atividades de extensão universitária, a fim de integrarem seus conhecimentos acadêmicos à prática da aprendizagem através de um serviço oferecido à comunidade.

Art. 4º - As atividades de Extensão articulam-se de forma a integrar as ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, a comunicação com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 5º - O objetivo das ACEC é a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Parágrafo único – A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade.

Art. 6º O presente regulamento apresenta, especificamente, as normativas que regem, no curso de Letras Português, o cumprimento das ACEC, as quais devem ser seguidas com rigor pelos acadêmicos, a fim de promover o intercâmbio entre os saberes científicos e os saberes leigos, populares e tradicionais oriundos da comunidade.

Dos requisitos para colação de grau

Art. 7º O Plano Nacional de Educação (PNE, lei 13005 de 2014) determina que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Art. 8º No curso de Letras Português, essa carga horária de 10 % dos créditos curriculares corresponde a 330 horas a serem cumpridas em ACEC, desenvolvidas no âmbito das disciplinas, do estágio e de participação em projetos ou ações de extensão, como requisito para colação de grau. Essas atividades devem ser necessariamente realizadas no período em que o aluno estiver matriculado no curso de graduação.

Dos objetos das atividades de curricularização da extensão e cultura

Art. 9º Sendo complementares à formação básica do acadêmico, as ACEC devem ter como objeto temas ou atividades inéditas na formação discente, ou seja, que não constem da grade curricular do Curso de Letras Português.

Art. 10º A carga de 330 horas de ACEC deverá ser cumprida segundo práticas previstas neste regulamento, previamente homologadas pelo Colegiado do Curso de Letras Português.

Art. 11º Deve-se ter em conta a conexão mínima dos objetos de estudo da atividade com o Curso de Letras Português, bem como sua relevância para cumprir o princípio de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, articulando os saberes acadêmicos com as demandas da sociedade. Conforme considerado no PPC do curso de Letras-Português (p. 23), serão previstas como ACEC atividades que tenham por objetivo:

- I. produção do conhecimento científico a partir das demandas sociais;
- II. a interação sociedade e universidade;
- III. articulação, reflexão e (re)construção de saberes;
- IV. a práxis pedagógica;
- V. aprendizagem e ressignificação de técnicas pedagógicas;
- VI. formação e reflexão profissional.

Art. 12º Ressalta-se que as possibilidades de atividades de extensão promovidas pelo curso de Letras Português apresentam um largo escopo no conjunto de temas e linhas de extensão previstos pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), podendo ser enquadradas ou estar em interação com 6 das 8 áreas temáticas e com uma significativa parcela das linhas de extensão definidas pelo Fórum. A aplicação das atividades de extensão no curso de Letras Português abrange ou interage com as seguintes **áreas temáticas**: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; tecnologia e produção; e trabalho. E com as seguintes **linhas de extensão**: alfabetização, leitura e escrita; comunicação estratégica; formação docente; infância e adolescência; inovação tecnológica; jovens e adultos; línguas estrangeiras; metodologia e estratégias de ensino e aprendizagem; patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; pessoas com deficiência, incapacidades e necessidades especiais.

Art. 13º No âmbito das áreas, linhas e objetivos das atividades de extensão descritas acima, são consideradas ACEC as seguintes atividades realizadas para um público-alvo constituído em sua maioria por integrantes da comunidade externa e que contribuam para formação dos acadêmicos, a saber:

- I. Participação em atividades de extensão no âmbito de projetos ou ações de extensão, enquanto executores (colaboração no desenvolvimento de materiais didáticos, propostas didáticas e atividade de organização de curso ou evento de extensão, etc).
- II. Participação em comissões organizadoras de eventos científicos abertos à comunidade.
- III. Participação em cursos de extensão enquanto executores (colaboração no desenvolvimento das atividades, materiais e organização do curso, etc).

- IV. Participação em programas voluntariados relacionados ao ensino e que estão a serviço da comunidade.
- V. Estágio voluntário.

Do aproveitamento e cômputo das ACEC

Art. 14º O aluno, ao longo da sua formação no de Curso de Letras Português, deve realizar atividades, necessariamente, em 3 (três) grupos de ACEC, a fim de cumprir as 330 horas exigidas:

Grupos de atividades de extensão universitária	
Grupo 1 – Cômputo: 60 horas	
Disciplina extensão universitária. As horas estão distribuídas em 30 horas teóricas sobre os princípios, história e legislação da extensão universitária e 30 horas práticas, que se traduzem em atividades de extensão.	
Grupo 2 – Cômputo: 100 horas	
Como componente das disciplinas obrigatórias. Atividades, vinculadas aos conteúdos das disciplinas obrigatoriamente desenvolvidas no âmbito de um projeto de extensão.	
Grupo 3 – Cômputo: 80 horas	
Estágio curricular supervisionado. Atividades de extensão que irão atender às escolas, instituições de ensino de Apucarana e região ou adjacências.	
Grupo 4 – Cômputo: 90 horas	
Atividades acadêmicas complementares. Atuação do discente como colaborador em um projeto ou evento de extensão, desenvolvendo necessariamente atividades executoras, na UNESPAR ou em outra IES.	

Art. 15º As disciplinas com carga horária de ACEC devem desenvolver suas atividades extensionistas essencialmente no âmbito de um projeto de extensão cadastrado na UNESPAR, envolvendo os discentes em atividades executoras.

Art. 16º No desenvolvimento das ACEC, é importante destacar os sujeitos envolvidos e a contribuição de cada um deles na execução das propostas, a saber: o professor de disciplina que disponibilizará carga horária para a ACEC; o estudante que executará as ações de ACEC; e o Coordenador de ACEC.

Do aproveitamento e aprovação das ACEC

Art. 17º Exigem-se para o aproveitamento das ações curriculares de extensão e cultura:

Modalidade de extensão	Prova exigida
Disciplina extensão universitária	Aprovação na disciplina.
ACEC como componente das disciplinas obrigatórias ou optativas	Aprovação na disciplina e declaração do professor da disciplina atestando o cumprimento de ACEC
ACEC como componente do estágio	Aprovação na disciplina e declaração do professor da disciplina atestando o cumprimento de ACEC

ACEC como participação em programas, projetos ou ações extensionistas, como executor (em atividades externas ao âmbito das disciplinas)	Certificado da atividade ou evento de extensão, com descrição das atividades executadas.
Participação em programas voluntariados relacionados ao ensino e que estão a serviço da comunidade.	Certificado ou declaração do órgão responsável consoante modelo estabelecido pela IES
Estágio voluntário	Declaração da instituição consoante modelo fornecido pela IES

Art. 18º As atividades desenvolvidas no âmbito de projetos de extensão (grupo 4) não podem cumular com as atividades da disciplina com carga horária extensionista (grupo 2). Os alunos que desenvolvem atividades em um projeto de extensão no âmbito de uma disciplina e também atuarem como colaboradores desse mesmo projeto deverão solicitar ao coordenador do projeto um certificado para comprovar as horas de atividades desenvolvidas para o projeto, fora do âmbito da disciplina.

Art. 19º As cargas horárias definidas nos respectivos certificados, diplomas ou certidões que serão apresentadas pelo discente não representam necessariamente a carga horária atribuída pelo colegiado como aproveitamento para as ACEC. Em outras palavras, o cômputo da carga horária de ACEC estará a juízo do Colegiado do Curso de Letras, consoante limites e recomendações pré-estabelecidas no quadro a seguir.

Art. 20º O cumprimento das ACEC em disciplinas com carga horária extensionista e no estágio é um dos requisitos para aprovação do estudante na disciplina. Caso, haja algum impedimento devidamente justificável (como licença maternidade, licença saúde e outros) o professor da disciplina poderá adaptar as atividades a serem desenvolvidas. No caso de não haver justificativa, o aluno corre o risco de não colar grau se não cumprir a carga horária. Casos extraordinários serão avaliados pelo colegiado e, se o corpo docente deferir, o aluno poderá cumprir a carga horária de extensão da disciplina em atividades desenvolvidas no âmbito do projeto do professor.

Dos limites estabelecidos para a modalidade de ACEC como participação em projetos ou ações extensionistas, como executor (grupo 4)

Tipo de ACEC	Limite estabelecido
Participação em comissões organizadoras de eventos científicos abertos à comunidade.	Até 30h
Participação em cursos de extensão enquanto executores (colaboração no desenvolvimento de materiais didáticos e atividade de organização do curso).	Até 60h
Participação em atividades de extensão no âmbito de projetos ou ações de extensão, enquanto executores.	Até 60h
Participação em programas voluntariados relacionados ao ensino e que estão a serviço da comunidade.	Até 30h
Estágio voluntário.	Até 30h
Participação no Residência Pedagógica e em projetos	Até 60h

ou ações de extensão vinculadas ao PIBID.

Art. 21º A participação de discentes como ouvintes em eventos ou cursos extensionistas NÃO pode ser contabilizada para ACEC, mas poderá ser contabilizada como AAC.

Art. 22º O acadêmico não poderá computar as mesmas atividades em AAC e em ACEC. No entanto, se o discente tiver horas excedentes em atividades executoras (ACEC) poderá redirecionar o excedente para cumprir sua carga horária de AAC. Essas horas deverão ser avaliadas e validadas pelo colegiado de letras.

Art. 23º Outras atividades não previstas neste regulamento serão analisadas pelo Colegiado de Letras Portugêses.

Das atribuições

Art. 24º A organização, controle e avaliação das atividades de extensão passarão pelas instâncias das seguintes funções:

I - Coordenador de curso

II - Coordenador de ACEC

III - Coordenador de projeto de extensão

IV - Professor de disciplinas com carga horária extensionista.

Art. 25º São atribuições do coordenador do curso:

- I. Acompanhar as atividades de extensão, a fim de garantir, no âmbito do curso, a curricularização da extensão.
- II. Mediar a elaboração do regulamento de extensão assim como as orientações oficiais entre o coordenador de extensão e o colegiado.

Art. 26º São atribuições do coordenador de ACEC:

- I. “Organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste regulamento;
- II. Verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- III. Elaborar um registro dos programas, projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 7º e divulgar entre os estudantes;
- IV. Articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;
- V. Registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária e posterior arquivamento nas pastas de cada discente junto ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação”.

(Resolução 38, artigo 11, p.5)

Art. 27º São atribuições dos coordenadores dos projetos de extensão:

- I. Divulgar as formas de ingresso no projeto de extensão sob sua coordenação aos discentes e ao coordenador de extensão.
- II. Fornecer ao coordenador de extensão as informações necessárias ao acompanhamento das atividades de extensão desenvolvidas pelos alunos.
- III. Participar das reuniões convocadas pelo coordenador de extensão para elaboração de regulamentos e assuntos afins como planejamento, organização, acompanhamento e avaliação.
- IV. Solicitar junto a PROEC as devidas certificações aos colaboradores dos projetos de extensão, no qual especifique as atividades desenvolvidas.

- V. Orientar as atividades de seus extensionistas, determinando um cronograma de atividades que tenha em vista o cumprimento da carga horária acordada com o colaborador.
- VI. Acompanhar e avaliar as atividades dos colaboradores do projeto.

Art. 28º São atribuições do professor de disciplina com carga horária para ACEC

- I. Apresentar no Plano de Ensino qual a Carga horária de ACEC e como será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II. Encaminhar ao Coordenador de ACEC a proposta de Extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento e orientação quanto aos registros;
- III. Providenciar a regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no Campus acerca da atividade – projeto, curso ou evento – que será realizada, para fins de certificação dos participantes;
- IV. Acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- V. Emitir relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas.

Art. 29º São atribuições do aluno:

- I. Verificar quais disciplinas desenvolverão as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II. Comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III. Apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos professores que orientam ACEC;
- IV. Atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de programas, projetos, cursos e eventos, disciplinadas no Projeto Pedagógico do Curso;
- V. Consultar as informações do Coordenador de ACEC quanto às possibilidades de participação em Projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR, às quais podem ser contabilizadas;
- VI. Apresentar ao Coordenador de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas a fim de que sejam computadas as horas em documento próprio para envio à Secretaria de Controle Acadêmico, para o devido registro em sua documentação.
- VII. Participar de reuniões ou outras formas de encontro marcadas pelos coordenadores, a fim de organizar sua participação em ações extensionistas, informando o cumprimento das atividades extensionistas e atualizando sua carga horária de extensão em planilhas oficiais.
- VIII. Desenvolver as atividades de extensão segundo as modalidades determinadas no presente regulamento.
- IX. Vincular-se a um projeto de extensão, tendo atenção às datas de candidatura divulgadas pelos coordenadores dos projetos de extensão ou pelo coordenador de extensão.
- X. Realizar as atividades previstas com dedicação, ética e seriedade, a fim de cumprir a carga horária obrigatória seja nos projetos de extensão seja em atividades extensionistas no âmbito das disciplinas e do estágio.
- XI. Comunicar e justificar com antecedência ao professor da disciplina ou coordenador do projeto sua ausência em atividade prevista no projeto e repor essas atividades em momento oportuno.

Do Procedimento para validação das ACEC

Art. 30º - O cômputo das ACEC's é realizado pelo Coordenador de ACEC, mediante requerimento feito pelo aluno e protocolizado ao Coordenador de ACEC.

Art. 31º - Será estabelecido pelo coordenador de ACEC uma data limite anual para o protocolo dos

documentos probantes das atividades extensionistas, conforme segue.

- I. Para os 1º, 2º e 3º anos – ao final de cada ano letivo, salvo possíveis solicitações do coordenador de ACEC.
- II. Para o 4º ano - até o final do primeiro semestre, salvo possíveis solicitações do coordenador de ACEC.

Art. 32º - No momento do protocolo, deverão ser apresentados comprovantes originais e cópias das atividades objeto do requerimento, que serão analisados pelo coordenador de extensão e/ou por um relator escolhido pelo Colegiado do Curso.

Art. 33º - Caberá à Coordenação deferir ou não o requerimento.

Art. 34º - O aluno que estiver no último ano do Curso deve fazer o requerimento no prazo estipulado pela Coordenação do Curso, sob pena de não ser avaliado para o período e conseqüente impossibilidade de colação de grau.

Art. 35º - O Colegiado analisará o pedido de conformidade com a presente Regulamentação e o aprovará, remetendo-o para registro.

Art. 36º - Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento já será computado pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao Coordenador de ACEC apenas fazer os registros na documentação do estudante, para seu controle.

Parágrafo único – Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, não será possível aproveitar a carga horária de projeto na disciplina.

Disposições gerais e transitórias

Art. 37º - É de inteira responsabilidade do discente a iniciativa, a realização e o gerenciamento das atividades de curricularização de extensão e cultura obrigatórias que deverá cumprir ao longo do período do seu curso de graduação na UNESPAR/APUCARANA, sempre com o acompanhamento e orientação do coordenador de extensão.

Parágrafo único – O (a) aluno (a) poderá, com antecedência adequada, solicitar ao Colegiado, esclarecimento sobre a aceitabilidade ou não de alguma atividade, devendo para tanto trazer informações oficiais e seguras para orientar a resposta.

Art. 38º - Os casos omissos a esta regulamentação serão resolvidos pelo coordenador do curso e/ou de extensão, ouvindo o colegiado e demais partes envolvidas. A decisão final passará pela aprovação do Colegiado do Curso.